PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO 100 DIAS

GESTÃO 2023-2025

PODER
JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO 100 DIAS

GESTÃO 2023-2025

JUNHO DE 2023

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

TRIBUNAL PLENO

Desembargadora Eva Evangelista

Desembargador Samoel Evangelista

Desembargador Roberto Barros

Desembargadora Denise Bonfim

Desembargador Francisco Djalma

Desembargadora Waldirene Cordeiro

Desembargadora Regina Ferrari

Desembargador Laudivon Nogueira

Desembargador Júnior Alberto

Desembargador Elcio Mendes

Desembargador Luis Camolez

1ª CÂMARA CÍVEL

Desembargador Roberto Barros

Desembargadora Eva Evangelista

Desembargador Laudivon Nogueira

2ª CÂMARA CÍVEL

Desembargador Júnior Alberto

Desembargadora Waldirene Cordeiro

CÂMARA CRIMINAL

Desembargadora Denise Bonfim

Desembargador Francisco Djalma

Desembargador Elcio Mendes

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
2021-2023

Presidente
Desembargadora **Regina Ferrari**

Vice-Presidente
Desembargador **Luis Camolez**

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador **Samoel Evangelista**

Juízes Auxiliares da Presidência
Dra. **Zenice Mota Cardozo**
Dr. **Giordane de Souza Dourado**

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral
Dr. **Alex Ferreira Oivane**

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO
Diretor – Desembargador Elcio Mendes

DIRETORIAS

Diretoria de Gestão Estratégica – Evandro Luzia Teixeira
Diretoria de Logística – Larissa Salomão Montilha
Diretoria Judiciária – Denizi Regis Gorzoni
Diretoria de Finanças e Informações de Custos – Sâmya Ester da Silveira
Diretoria de Gestão de Pessoas – Iriá Farias Franco Modesto Gadelha
Diretoria de Informação Institucional – Andrea Laiana Coelho Zilio
Diretoria de Tecnologia da Informação – Raquel Cunha da Conceição
Diretoria Regional do Vale do Alto Acre – Ana Paula Viana de L. Carrilho
Diretoria Regional do Vale do Juruá – Solange Maria Chalub

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde
Rio Branco, AC 69.915-631
(68) 3302-0408

Sumário

APRESENTAÇÃO 8

1. A GESTÃO 10

2. PLANEJAMENTO 11

3. AÇÕES E RESULTADOS 12

3. 1. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE 12

4. PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS 23

4. 1. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E PLANOS DE AÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COMO FORMA DE FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL. 23

4. 2. PROJETOS E CONVÊNIOS 23

4. 3. POLÍTICA CONTROLE E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 30

4. 4. PAFO - PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 31

4. 5. GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO 32

5. PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO 34

5. 1. RECONHECIMENTOS DE DIREITOS DOS SERVIDORES E SERVIDORAS 34

5. 2. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO 34

5. 3. VALORIZAÇÃO SALARIAL E SEGURANÇA DO SERVIDOR 37

5. 4. TECNOLOGIA A BEM DA JUSTIÇA E DA INCLUSÃO 38

5. 5. SISTEMAS IMPLANTADOS 40

6. PERSPECTIVA SUSTENTABILIDADE E INFRAESTRUTURA 42

6. 1. INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA O INTERIOR E CAPITAL 42

7. METAS DO JUDICIÁRIO 2023 44

7. 1. RESULTADOS - INDICADORES DE DESEMPENHO 45

8. HOMENAGENS E PRÊMIOS 52

9. GESTÃO INTEGRADA: SOMA RESULTADOS - COGER 56

Mensagem da Presidente

Inicialmente, manifesto o profundo sentimento de responsabilidade por assumir a função de Presidente deste Poder, o que, no decorrer dos dias, vem se consolidando em satisfação e orgulho. Certamente, o mês de fevereiro de 2023 tornou-se um marco honroso pela confiança recebida de todos os meus pares.

Passados 100 dias da nossa Gestão, estou ainda mais convicta de que a responsabilidade a mim confiada requer mais empenho para obtenção do sucesso da Instituição. O que será possível por meio do esforço permanente de todos e todas nós, juntamente com os demais servidores e servidoras deste Poder.

Entrelaçados, devemos contribuir para o engrandecimento do Poder Judiciário, na perspectiva constante de crescimento e melhoria da prestação jurisdicional. Somos conhecedores de que as subidas e descidas é uma realidade presente. Juntos e juntas, percorremos retas, organizamo-nos em momentos estreitos e nos aproximamos quando o tempo nos distancia. Assim, reafirmamos o jeito simples de fazer: sempre juntos.

Por meio de uma administração alicerçada nos princípios da austeridade, zelo, ética, legalidade, transparência, acolhimento, aqui estamos. Incorporados e incorporadas num plano de ação que alcance 2025, honrando a todas e a todos que me antecederam e intencionada em garantir uma boa estrada para o que virão. Reafirmo com este relatório o "nosso compromisso de melhor servir, com a entrega de nossa missão de forma célere, acolhedora, efetiva e fraterna.".

Desembargadora Regina Ferrari
Presidente do Tribunal de Justiça do Acre

> *"O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher."*

Cora Coralina

Apresentação

Em consonância com os princípios norteadores que substanciam os feitos administrativos e jurisdicionais da atual gestão, observando o Planejamento Estratégico Institucional, que apresenta o papel do Poder do Poder Judiciário, fundamentado na efetividade, respeito aos jurisdicionados e transparência, como valores institucionais, cumprimos o papel de apresentar este Relatório.

Destaca-se que as informações aqui contidas estão estruturadas de forma objetiva e primam por apresentar os primeiros 100 dias da Gestão (2023-2025), observando as Metas estipuladas para o período, em conformidade com o Plano apresentado pela atual gestão. Sua elaboração ocorreu de forma colaborativa e contou com os dados e informações das ações desenvolvidas pelas diversas áreas do Tribunal.

O Tribunal de Justiça segue as normas da Constituição Federal, consoante as regulações expressas, além de acolher as orientações e resoluções do CNJ que visam aperfeiçoar o trabalho do Judiciário.

Entende-se que prestar contas da Gestão está implícito ao propósito de assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como fortalecer o suporte às decisões de gestão, gerenciamento de recursos, além de contribuir com a defesa do patrimônio público. Um respeito aos servidores e jurisdicionados, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pelo TJAC - Tribunal de Justiça do Acre e principais provedores dos recursos para o seu funcionamento. O que fortalece o cumprimento do seu papel, e efetivamente, concretiza a razão de ser da Instituição.

O TJAC cumpre com suas funções finalísticas, para tanto suas ações administrativas devem ser afinadas a este propósito, promovendo as condições necessárias, como forma basilar e complementar à missão de “Garantir justiça e paz social”.

Neste sentido, coube à Gestão, por meio das Diretorias e órgãos auxiliares, responsáveis pelos compromissos assumidos no Plano de Gestão do biênio 2023-2025, materializar ações e atividades para prover as devidas condições.

As equipes têm assumido suas funções frente aos mais diversos desafios e complexidades comuns à Gestão Pública. No entanto, demonstraram feitos e esforços importantes para cumprir com os seus compromissos, quer sejam nas políticas de aprimoramento das relações sociais e institucionais, na gestão de pessoas, na organização de procedimentos de aprendizados e crescimentos internos, na promoção e melhoria da infraestrutura, gestão e fortalecimento da tecnologia e comunicação institucional.

Todas as ações têm sido amparadas pelos preceitos da legalidade e da transparência, visando efetivar uma gestão responsável com o orçamento e as finanças públicas, requisitos essenciais deste Poder.

1. A gestão

A atual gestão tem fundamentado sua atuação nas diretrizes e metas nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, que na Gestão local subdivide em: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.

Em similitude à Estratégia Nacional, apresenta-se o mapa estratégico que reflete a missão, visão, valores e objetivos institucionais do TJAC. Tais vetores apontam os olhares estratégicos para avançar nos princípios administrativos propostos pela Constituição Federal, previstos no artigo 37, caput, sendo: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem perder de vista os demais valores que prezam pela proteção da dignidade humana e o respeito às suas diferenças.

2. Planejamento

MISSÃO Garantir justiça para a paz social.

VISÃO Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.

VALORES Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.

3. AÇÕES E RESULTADOS

As ações estão agrupadas dentro de cinco perspectivas, conforme constam no Planejamento estratégico 2021 - 2026, sendo: Sociedade, Processos internos, Aprendizado e Crescimento, Sustentabilidade estrutural e financeira.

3. 1. PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Esta perspectiva tem a função estruturante de orientar as iniciativas que objetivam a fortalecer as relações institucionais, o aprimoramento das ações de impacto direto à sociedade, tendo como temas principais: fomentar projetos sociais, proteção e garantia dos direitos das mulheres, dar celeridade no atendimento, fortalecimento das práticas de atendimento institucional voltados à cidadania e assistência judiciária voluntária. A estratégia é impulsionar programas, ações ou projetos, com vistas a potencializar e atender socialmente os jurisdicionados, destacando o que segue:

3. 1. 1. PROJETO CIDADÃO (e outros)

O Projeto Cidadão é um trabalho social realizado pelo Poder Judiciário do Estado do Acre em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e não governamentais. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito de acesso rápido à justiça de forma gratuita, adquirir a documentação básica, bem como ser atendida pelos serviços públicos das áreas de: assistência social, saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

Na atual gestão, principalmente nos meses iniciais do Biênio 2023-2025, buscou-se dinamizar esses serviços. A importância do projeto cidadão foi reconhecida e mantida pela atual gestão, tendo em vista a sua função de promover cidadania e igualdade social, o que se tornou uma prática institucional, pois é desenvolvida há quase 30 anos.

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) articulou o apoio de vários órgãos, levou cidadania e justiça para população que mora nos seringais, colocações, aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas.

Nesse ponto, nos primeiros meses da atual gestão, **foram realizados 04 (quatro) eventos sociais entre Projeto cidadão, evento especial e "Registre-se"**, destacando os municípios de Tarauacá, Manoel Urbano, Acrelândia, dentre outros:

Localidades	Data do Evento	Pessoas atendidas
Seringal Paraíso - Tarauacá	19 e 20 de abril de 2023	526
Evento Especial (parque de exposição)	Período das enchentes	15
Acrelândia (casamento coletivo)	26 de abril de 2023	49
Manoel Urbano	19 a 23 de maio de 2023	4.761
Total de atendimentos		**5.351**

Fonte: Secretaria de Programas Sociais - SEPSO, 2023.

a) Seringal Paraíso - Município de Tarauacá

Uma das principais diretrizes contidas no plano de Gestão é aproximar a Justiça do Cidadão, de forma acolhedora, principalmente nas áreas mais longínquas, onde os serviços públicos são escassos. Nesse ponto, foi realizada, nos dias 19 e 20 de abril, uma ação específica do Projeto Cidadão na Escola Municipal Coronel José Marques de Albuquerque I, no Seringal Paraíso, localizado no Município de Tarauacá, interior do Acre.

De forma prioritária, as comunidades ribeirinhas e indígenas foram atendidas nesta ação, sob a gestão da desembargadora-presidente Regina Ferrari. Esta atividade foi financiada pelo Ministério da Justiça, complementada com recursos próprios, além do apoio e parceria de várias instituições, a saber: o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AC), Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), a Defensoria Pública Estadual (DPE/AC), o Instituto de Identificação da Polícia Civil, Prefeituras, Câmaras de Vereadores e os Cartórios.

De forma efetiva, contou-se com a atuação da Juíza de Direito Substituta Bruna Perazzo, em Tarauacá, que oficializou a união de 49 casais. Cerca de 200 pessoas, entre magistrados e servidores do sistema de justiça e do executivo participaram deste evento.

Foto 01. Ações do Projeto Cidadão no Seringal Paraíso em Tarauacá, Acre.

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

Serviços oferecidos: emissão de RG e CPF, atendimentos jurídicos da Defensoria, Ministério Público e Judiciário. A população pode verificar processos e buscar direitos (como os benefícios previdenciários), além de tirar, regularizar e revisar o título de eleitor, assim como justificar o voto.

Na mesma edição, foi ampliado o atendimento à comunidade da Aldeia São Vicente, no rio Muru, em Tarauacá, que fica a três horas de barco (a motor) do seringal Paraíso. Desse local, cerca de 35 indígenas foram atendidos, especialmente as crianças.

b) Município de Acrelândia

Ao longo da existência do Projeto Cidadão, contabilizam mais de 50 mil uniões realizadas através do Casamento Coletivo. Considerado como uma ação de cidadania, que fornece de forma gratuita acesso à oficialização das uniões para aqueles que não têm condições de arcar com os custos cartoriais.

O Casamento Coletivo do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) integrou, parte da programação de aniversário de 31 anos do município de Acrelândia. Na ocasião, foram realizados 49 casamentos.

Além de padrinhos, parentes e comunidade, o evento recebeu o prefeito de Acrelândia Olavo Francelino de Resende, a delegatária do Cartório de Acrelândia Miliane Gomes, a secretária municipal de Assistência Social Regiane Teixeira Bezerra e demais autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Foto 02. Ações do Projeto Cidadão em Acrelândia, Acre.

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

c) Município de Manoel Urbano

Entre os dias 19 e 23 de maio, os atendimentos foram realizados no município de Manoel Urbano, distante 230 km da capital Rio Branco, região com cerca de 10 mil habitantes. Nos dias 19 e 20, sexta-feira e sábado, na Escola Estadual Nazira Anute, o atendimento foi focado na população ribeirinha.

Dentro da programação, 40 casais celebraram a união no casamento coletivo, realizado no sábado, 20, no Ginásio Almiro Ferreira, região central do município. Nos dias 22 e 23, os atendimentos foram realizados no Centro de Eventos da Igreja Assembleia de Deus, exclusivo à população indígena. Ao todo, foram **4.761 atendimentos para os murbanenses**. Dentre os serviços, destacou-se como maior demanda, a carteira de RG, com **903 atendimentos**.

Foto 03. Ações do Projeto Cidadão em Manoel Urbano, Acre.

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

Na edição, houve cooperação do Ministério Público do Estado do Acre, Defensoria Pública do Estado do Acre, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Educação e Detran, Polícia Civil, Instituto de Identificação, Polícia Militar, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), da Prefeitura de Manoel Urbano, através da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, além do Cartório de Manoel Urbano, através da Delegatária Dirce Yukari.

Os povos originários tiveram acesso aos serviços públicos

Foto 04. Ações do Projeto Cidadão com a Comunidade Indígena de Manoel Urbano, Acre.

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

A comunidade indígena de Manoel Urbano e adjacências tiveram acesso gratuito aos serviços de emissão de documentos de RG, CPF, orientações sobre carteira de trabalho, solicitação de segunda via de certidão de nascimento e óbito, declaração de nascido vivo, atendimentos jurídicos, consultas e encaminhamentos para retificação de documentos, informações sobre Cadastro Único (Cad-Único), auxílio Bolsa Família e serviços do CREAS.

3. 1. 2. PROGRAMA JUSTIÇA COMUNITÁRIA

O Programa Justiça Comunitária é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre desde 2002, inicialmente, conveniado com o Ministério da Justiça e, posteriormente, a partir de 2004, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Ao longo do período, foi celebrado convênio com o Município de Rio Branco (Convênio n.º 001/2019).

Esse Programa tem o propósito de criar ambiente de justiça cidadã, proporcionando aproximação e conscientização sobre direitos e assistência jurídica às pessoas no seu próprio bairro, estimulando a comunidade a desenvolver mecanismos próprios de resolução de conflitos. Atualmente, o Programa está em execução com recursos do Convênio nº 001/2021, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

As ações desta fase iniciaram em 2023 e estão sendo realizadas nos Municípios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, totalizando recursos na ordem de R$250 mil.

Foto 05. Etapa de Seleção dos Agentes Comunitários.

Fonte: Secretaria de Programas Sociais - SEPSO, 2023.

Foi aberto o processo de contratação dos Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania. Após esta etapa, os selecionados serão treinados e capacitados. Mais de 250 pessoas estão participando do processo de seleção. Serão disponibilizadas 16 (dezesseis) vagas, sendo 08 (oito) para cada município.

3. 1. 3. JUSTIÇA SOBRE RODAS

a) Ação realizada no Parque de Exposições durante o período de Abrigo Social (05 e 10/04/2023).

O Tribunal de Justiça realizou, no período de abrigamento da enchente do Rio Acre, diversos atendimentos no Parque de Exposições, que alojava mais de 1.300 pessoas.

Os atendimentos aconteceram no ônibus da "Justiça sobre Rodas" e foram conduzidos pela Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas (VEPMA), por meio de audiências admonitórias e serviços judiciais relacionados à progressão para o regime aberto, uma vez que a atualização de endereço dos monitorados se tornou necessária.

Nesse sentido, foi dada atenção especial aos usuários de tornozeleiras eletrônicas que têm prescritos os limites geográficos previstos na restrição, ou seja, os reeducandos do regime semiaberto não podem sair da área de sua residência. A desobediência dessa ordem implica regressão ao regime de pena.

Foto 06. Atendimentos, audiências e ações educativas.

Fonte: Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas - VEPMA - SEPSO, 2023.

3. 1. 4. PROTEÇÃO ÀS MULHERES

a) 23ª Semana da Justiça pela Paz no Lar

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar- COMSIV, promoveu a 23ª Semana Justiça pela Paz em Casa, entre os dias 6 e 10 de março de 2023, no Fórum Criminal na Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco.

Foto 07. Cartaz da Campanha Justiça pela Paz

Fonte: Coordenadoria da Mulher (Comsiv) do TJAC, 2023.

A concentração dos julgamentos foi organizada para os dias da semana alusiva à mulher. Além da força simbólica, também teve o objetivo de dar respostas céleres às vítimas, evitar prescrição de crimes e mostrar à sociedade que violência doméstica é crime e tem punição.

b) Projeto Mulher Cidadã

Com o objetivo de garantir celeridade e atenção especial às políticas voltadas para as mulheres, na edição especial do Projeto Cidadão de 2023, foi realizado o Projeto Mulher Cidadã: Para todas as Mulheres, em comemoração ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que, somado às outras ações da 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, contabilizou cerca de 1.700 atendimentos.

A ação voltada para mulheres em situação de vulnerabilidade social contou com atendimentos já conhecidos do Projeto Cidadão, incluindo serviços diferenciados como bazar solidário e sarau cultural.

Foto 08. Cartaz da Campanha Justiça pela Paz

Fonte: Coordenadoria da Mulher (Comsiv) do TJAC, 2023.

Para o bazar solidário, a Justiça arrecadou doações de roupas e material de higiene pes- soal dentro do TJAC. Todo conteúdo arrecadado beneficiou as mulheres presentes no evento (em situação de rua e reeducandas).

c) Inclusão de mulheres egressas

Foi intensificada a iniciativa de sensibilizar e incentivar a inclusão de mulheres egressas do sistema prisional no mercado de trabalho. As ações de execução do projeto "inclusão de egressas", conveniado com o Ministério Público do Trabalho - MPT, foram retomadas a fim de atender a iniciativa do TJAC, de acordo com a Resolução CNJ n.º 307, de 17 de novembro de 2019, que institui a ***Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional*** no âmbito do Poder Judiciário. Compromisso social reafirmado, com a seleção inicial de ***três mulheres*** egressas que prestarão serviços por meio de empresas terceirizadas que atuam dentro das unidades deste TJ.

d) Justiça pela Paz em casa

Semana Justiça pela Paz em Casa é uma política judiciária implantada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2015, em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, com o objetivo de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para a agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. Assim, três vezes por ano, os tribunais brasileiros promovem ações inerentes a essa ação, sendo a primeira no mês de março, por ocasião do dia Interna cional da Mulher; a segunda, em agosto, marcando o aniversário da Lei Maria da Penha; e a terceira, em novembro, durante os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

3. 1. 5. INFÂNCIA E JUVENTUDE

3. 1. 5. 1 PROGRAMA ECA NA COMUNIDADE

a) Belo Jardim II de 06/02 a 05/05/2023

A proteção infantil é abraçada pelo Tribunal de Justiça do Acre. Com o incremento do programa ECA na co munidade foi possível atender e orientar pais e adolescentes da região do Belo Jardim II.

A Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), articulada à Rede de Proteção, levou programas e projetos institucionais para o público infantojuvenil, passível de vulnerabilidade.

"A Justiça começa na Infância – esse é o nosso lema enfatizado pela gestão da desembargadora Regina Ferrari. A garantia dos direitos é uma obrigação, mas nem sempre os problemas chegam ao Judiciário. Esse público precisa de proteção e a Escola é o local mais adequado para desenvolver ações específicas para orientações e reconhecimento de direito.

Nesse ponto, a 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco, por meio do Núcleo de Assistência Técnica (NAT), realizou na Escola Estadual Paulo Freire, localizada no bairro Belo Jardim II, uma edição especial do Programa "Eca na Comunidade – Direitos e Deveres".

O objetivo do programa é aproximar o judiciário da comunidade escolar, orientar os pais, alunos, professores e demais responsáveis sobre temas que envolvem a infância e a juventude. Nesse projeto, foram atendidas e orientadas cerca de **350 (trezentas e cinquenta) pessoas** com palestras educativas, exposição de casos práticos de relações sociais e familiares, por meio de "rodas de conversas", dentre outras ações.

Foto 09. Edição do Projeto Eca na Comunidade.

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

b) Projetos sociais para infância e juventude

Assegurada a execução de projetos e convênios voltados para a segurança social de crianças e adolescentes.

Em fase de encerramento e prestação de contas, está o projeto **RADIOATIVO** que atendeu 35 **jovens**. Por economicidade, está garantido um saldo positivo de mais de **R$ 100 mil**, que permitirá ampliação da meta inicial.

Foram captados **R$ 600 mil** junto à União para fortalecer a atuação no Educandário Santa Margarida, com o projeto **Jardim das Margaridas**, que se encontra em licitação.

O TJAC conveniou **R$ 353 mil** para atender a jovens de 14 a 18 anos, no período de 12 (doze) meses, nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, por meio do projeto **Fortalecendo Vidas**, que desenvolverá atividades voltadas para a Educação Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho. Com o objeto desse mesmo projeto, foi desenvolvido o Projeto **Embaixada Jovem Militar**, realizado na Escola José Ribamar Batista, no bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco, com a participação da presidente do Tribunal de Justiça do Acre na aula inaugural em maio de 2023.

Foto 10. Aula inaugural do Projeto Embaixada Jovem Militar

Fonte: Coordenadoria da Infância e Juventude(CIJ) do TJAC, 2023.

Este projeto consiste, por meio da cooperação entre o TJAC, PMAC e escola, preparar adolescentes para tomadas de decisões seguras e responsáveis na autocondução de suas vidas, evidenciando valores que lhes assegurem uma formação pessoal, vinculada à educação científica e profissional, o que lhes auxilia na inserção social e no mercado profissional.

Além de ações complementares de incentivo à prática do esporte, da leitura, visando à formação de lideranças para promoção de uma cultura de paz e interação na comunidade. Ainda na área da Infância e Juventude, outras ações estão em execução, com foco no acolhimento e cuidado das crianças e adolescentes, conforme consta no quadro 01 a seguir:

Quadro 01. Projetos Especiais na área de Infância e Juventude

INFÂNCIA E JUVENTUDE

PROJETOS ESPECIAIS	OBJETIVO
Abraçando Filhos	Provê apoio material e acolhimento afetivo aos menores, filhos de mãe encarceradas, promovendo o reencontro com seus filhos e alguns familiares.
Arte do Ser	Mostra a importância da arte na educação das crianças e jovens; reforçando as possibilidades que ela proporciona na vida dos infantes.
Colo de Amor	Visa dar afeto aos infantes, minimizando ou extinguindo danos futuros que possam interferir no desenvolvimento pleno do infante.

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES, 2023.

3. 1. 6. INCENTIVO AO IMPOSTO DE RENDA SOLIDÁRIO

Como incentivo à garantia dos direitos fundamentais, foi lançada a campanha do Imposto de Renda Solidário, que visa à doação de parte dos impostos de renda, de quem tem a pagar. Sendo um percentual mínimo de até 3% para instituições que atuam com políticas de proteção às crianças e aos idosos. Esta campanha contempla a proposta do CNJ lançada em 2022, intitulada "*Se Renda à Infância*".

Figura 11. Ilustração da campanha nacional

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A campanha Imposto de Renda Solidário se apoia na previsão da legislação em vigor, pela qual pessoas físicas podem destinar até 6% do IR a ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e pessoas idosas.

A destinação de valores não representa gasto adicional para o contribuinte, uma vez que as doações consistem no direcionamento de uma parcela das taxas devidas à Receita Federal ao FNCA ou ao FNI, e não em qualquer tipo de arrecadação adicional. A doação

pode ser feita por meio do modelo completo da Declaração do IR.

A organização e articulação para execução do projeto são de iniciativa da Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES, via Gerência de Processos - GEPRJ.

Estima-se uma arrecadação de R$ 84 mil, a depender do nível de engajamento do corpo de serventuários do Poder Judiciário acreano.

3. 1. 7. ATENDIMENTO

a) Acolhimento, acessibilidade e celeridade no atendimento

Visando criar condições para fortalecer as ações e melhorar os resultados de atendimento aos usuários, foram elaborados projetos especiais como estratégia para a consecução de resultados vinculados ao atendimento célere dos jurisdicionados.

Quadro 02. Projetos Especiais voltados ao Fortalecimento e Ampliação do atendimento

PROJETO	OBJETIVO
PID Jus	Cooperação e parcerias institucionais para oferecer atendimento ao jurisdicionado no seu ambiente comunitário . Trata-se de política de acessibilidade por meio da inclusão digital, a ser prestada nos bairros da capital dentro das escolas públicas (SEE/MP/DPE/TRE/TRT e outros).
CEJUC	Ampliação e fortalecimento do atendimento aos jurisdicionados nos municípios de difícil acesso. Trata-se de política de acessibilidade por meio da inclusão digital, vinculada a serviços do Poder Judiciário (Prefeituras/MP/DPE/TRE/TRT e outros).
ATERMAÇÃO	Atermação por meio de estudantes de Direito, em parceria com as faculdades do Estado (parcerias estabelecidas).

Mapa 1- Composição dos municípios atendidos com projetos de atendimentos digitais/CEJUC-PID

3. 1. 8. SOLIDARIEDADE INSTITUCIONAL

Foram realizadas ações de solidariedade durante o período de alagamentos e enchentes no Acre, que atenderam mais de 3.000 (três) mil pessoas, por meio de campanhas que permitiram a doação de água mineral, cestas básicas, roupas e kits de higiene.

Figura 12. Entrega de mantimentos para pessoas que estavam em abrigos públicos

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJAC, 2023.

4. PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Essa perspectiva tem como objetivo fortalecer as estruturas internas para o bom funcionamento institucional, o que pressupõe a organização e adequação de meios para a efetivação das políticas estruturantes, visando atender às ações finalísticas.

4. 1. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO E PLANOS DE AÇÕES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COMO FORMA DE FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.

a) Ranking transparência monitorado

A governança da transparência foi praticada de forma sistemática nos três primeiros meses. Foi instituída uma equipe de trabalho com objetivo específico para este fim. O Gabinete Auxiliar da Presidência - GAAUX e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NUEGE desenvolveram metodologia de acompanhamento e orientação sobre as ações práticas de transparência de forma sistemática, observando as exigências do CNJ. Com o mesmo objetivo, estão orientando os setores administrativos sobre os procedimentos de governança local (ações/atividades) vinculados às Metas Nacionais. Tais monitoramentos e orientações têm contribuído para dar respostas às demandas internas e atendimento às exigências do referido conselho.

b) Acompanhamento dos planos operacionais

Em continuidade ao aprimoramento do desempenho da Gestão, foram realizadas as ações de elaboração e acompanhamento dos Planos de Ação 2023-2024 das Unidades Administrativas do TJAC, por onde se organiza a operacionalização do Planejamento Estratégico (PE). Foi definida a periodicidade quadrimestral para apuração dos índices de averiguação dos resultados das ações programadas.

4. 2. PROJETOS E CONVÊNIOS

Consentâneo aos termos da Resolução n. 180, de 27 de novembro de 2013, compete à Gestão, por meio da DIGES, atuar no processo de planejamento, orçamento, gestão de projetos, monitoramento e revisão de fluxos do Tribunal, trabalhando de forma integrada e proativa com os demais setores, colaborativamente, por meio da prestação de assessoria técnica e metodológica.

A gestão tem atuado no gerenciamento dos convênios de receitas, bem como na gerência dos Termos, Acordos e Convênios de Cooperação Técnica do Tribunal de Justiça, controlando prazos, prestações de contas e acompanhamentos junto às unidades coexecutoras.

Dessa forma, a DIGES, via GEPRJ, desempenha um papel importante para o alcance dos objetivos organizacionais, colaborando com o planejamento e execução de iniciativas estratégicas de forma integrada, a fim de promover a unidade de atuação, vislumbrando os resultados. Este tem sido um dos desafios de relevância da gestão: promover correções e revisão de ações e fluxos, intencionando alcançar as metas e os objetivos.

No atual ambiente das Políticas Judiciárias, complexo e dinâmico, as organizações dependem cada vez mais da implementação bem-sucedida de projetos e convênios para impulsionar o crescimento, inovar e se adaptar às mudanças.

O gerenciamento eficiente dessas iniciativas é fundamental para maximizar o retorno do investimento, otimizar recursos, minimizar riscos e alcançar os resultados desejados. O que requer um permanente monitoramento.

Figura 13. Reunião com universidades para discutir o projeto de Atermação

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES, 2023

Foram evidenciados os desafios pertinentes à gestão de projetos e convênios, levando a perceber a complexidade e os riscos, como tempo, recursos e resultados. Tais desafios incluíram, nesse sentido, a gestão de prazos, o gerenciamento eficaz de recursos limitados, a mitigação de riscos e a resolução de conflitos entre diferentes partes interessadas. Contudo, a Alta Gestão, pela operação da equipe, de forma integrada a outros setores, vem superando esses obstáculos de forma significativa, avaliando os resultados e evidenciando a eficiência da instituição.

Os projetos e convênios concluídos, destacando os principais marcos atingidos, os resultados alcançados e os impactos gerados, permitem a observar os desvios do plano inicial, as estratégias de mitigação adotadas e as lições aprendidas que podem ser aplicadas em futuras iniciativas.

Ressalta-se que a aplicação orçamentária observou as técnicas e as diretrizes previstas no orçamento público, e sua dinâmica de fluxo tem sido constantemente discutida de forma integrada entre as diretorias, sobretudo com a Diretoria de Finanças e Informação de Custos-DIFIC.

O gerenciamento de projetos considerou os seguintes eixos de atuação: **gestão de projetos, convênios de receitas e termos, acordos e convênios de cooperação técnica**. Além da execução orçamentária de forma prudencial, por meio dos setores responsáveis.

Os Projetos de investimento têm seguido ao planejamento proposto no Plano de Gestão 2023/2025 da Presidência do TJAC, consoante ao Plano Estratégico (2021-2026). Nesse sentido, as informações estão estruturadas conforme o Plano Operacional: Ações, Atividades, Metas Previstas e seus status.

4. 2. 1. Modelagem e implantação do Sistema Integrado de Gestão Estratégica - SIGES para o acompanhamento e Monitoramento do Planejamento Estratégico e Operacional do TJAC

Uma das importantes tarefas desenvolvidas nesse início de gestão refere-se à análise de viabilidade da implantação do módulo de Planejamento Estratégico do *Government Resource Planing* (GRP-Tema), do Sistema Integrado de Gestão Pública utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre para gerenciamento de seus processos administrativos, orçamentários e financeiros.

O módulo permitirá a gestão de todo o plano estratégico do Órgão Público, bem como o alcance dos objetivos estratégicos traçados dentro da estrutura Thema (https://wiki.thema.inf.br/wiki/help/GRP_Planejamento). Por meio do sistema, será possível cadastrar o Plano de Gerenciamento de Projeto, fazendo a gestão sobre o escopo do projeto e sua matriz de riscos, orçamento, cronograma, equipe, plano de comunicação, plano de atualização, controle de versões e módulo de controle de prazos, conforme proposta comercial apresentada pela empresa.

Conforme solicitação da DIGES, foi definido um grupo de trabalho, através da Portaria nº 1.634/2023, destinado a conduzir o processo de análise de viabilidade e posterior implementação do módulo de Planejamento Estratégico do GRP-Thema. O SIGES poderá ser utilizado pelo TJAC para gerenciamento de seus processos administrativos, orçamentários e financeiros.

O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por ato da Presidência.

4. 2. 2. Estruturação do Programa Integrado de Investimentos da Justiça Acreana – PRÓ-JUSTIÇA

Orçado em R$ 112 milhões, o **Programa Integrado de Investimentos da Justiça Acreana (PRÓ-JUSTIÇA)** foi estruturado pelas diversas diretorias do TJAC, em estreito diálogo entre necessidade e possibilidades. A proposta foi elaborada de forma conjunta, agregando as diversas diretorias do Tribunal, quais sejam, a DITEC, DILOG, DIFIC, DRVAC e DRVJU.

O PRÓ-JUSTIÇA abrange as áreas de Tecnologia da Informação, atendimento ao jurisdicionado e infraestrutura física. Tem como objetivo principal modernizar e otimizar o funcionamento do sistema judiciário acreano, proporcionando uma melhor prestação jurisdicional, maior eficiência e qualidade nos serviços ofertados.

Tabela 01 - Detalhamento do Programa PRÓ-JUSTIÇA

Projetos	Detalhamento e objetivo	Unidade	Valor Global (R$)
1. Implantação de Sala Segura do TJAC e Equipamentos de Infraestrutura de Dados	Garantir a adesão e alinhamento do TJAC à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br, com adequação do Plano de fortalecimento da política digital.	DITEC	5.596.949,65
			4.598.692,60
			10.195.642,25
			29.797.795,66
Subtotal			39.993.437,91
2. Implantação dos Centros Integrados de Justiça e Cidadania - CEJUCs do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Centros Integrados de Justiça e Cidadania (CEJUCs) - serviços judiciais à população, de forma eletrônica e remota, em parceria com outras instituições públicas para assegurar direitos e cidadania a quem não pode se deslocar até a sede da Comarca.	DIGES GAAUX DILOG DRJVU	500.000,00
			150.000,00
3. Projeto de Melhoria da Estrutura de Comunicação e TIC	Promover uma comunicação mais eficaz para aumentar a visibilidade da instituição e melhorar sua imagem perante o público-alvo, através da aquisição de Painéis de LED a serem estrategicamente instalados.	DITEC e DIINS	350.000,00
Subtotal			1.000.000,00
4. Construção do Terceiro Prédio da Cidade da Justiça em Rio Branco - AC	Modernizar a estrutura física com melhoria do atendimento e acolhimento aos jurisdicionados.	DILOG	60.000.000,00
5. Projeto de Revisão do Sistema de Segurança Energética e Modernização do Sistema de Refrigeração do TJAC	As aquisições de equipamentos de Segurança Energética e de Refrigeração visam garantir um ambiente de trabalho seguro, considerando espaços que atendam aos padrões atuais de confiança e segurança.	DILOG, DRVAC E DRVJU	8.000.000,00
6. Melhoria dos Padrões de Acessibilidade e Funcionalidade da Infraestrutura Física das Unidades Judiciais e Administrativas.	Proporcionar, através da aquisição de elevadores, acesso aos edifícios do TJAC, obedecendo aos padrões atuais de acessibilidade e funcionalidade.	DILOG, DRVAC	1.500.000,00
7. Reforma e Adequação da Guarita da Cidade da Justiça em Rio Branco-AC	Criação de um novo conceito de guarita humanizada, com atendimento prévio dos usuários e conforto e acessibilidade, triagem de serviços, direcionando o cidadão para o atendimento.	DILOG	1.700.000,00
8. Implantação do Repositório Arquivísticos Digital Confiável- RDCarq	Implantação do Repositório Digital o TJAC com capacidade de manter a autenticidade e a confiabili- dade dos documentos arquivísticos, a fim de promover a guarda, a preservação e o acesso a estes documentos em conformidade aos procedimentos arquivísticos.	DIGES	600.000,00
Subtotal			71.800.000,00
Total Geral (R$)			**112.793.437,91**

Fonte: DIGES, Gerência de Projetos, 2023

Na área de tecnologia da informação, o programa busca investir em sistemas e soluções tecnológicas avançadas para melhorar a gestão processual, a comunicação entre os diversos órgãos do Judiciário e o acesso à informação por parte dos jurisdicionados. Está no âmbito do Programa de Investimentos o Projeto de Implantação de Sala Segura do TJAC e Equipamentos de Infraestrutura de Dados, tal projeto visa garantir a adesão alinhamento do TJAC à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br.

O Projeto de TIC encontra-se orçado em R$ 39 milhões e contempla serviços, aquisição de equipamentos e treinamento de equipes.

O programa prevê ainda investimentos na implantação do PID-jus e dos Centros de Justiça e Cidadania. Os CEJUCs oferecerão serviços judiciais à população, de forma eletrônica e remota, em parceria com as Prefeituras, Ministério Público do Estado do Acre, Defensoria Pública do Estado do Acre, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e outras instituições públicas.

Quanto à infraestrutura física, o programa prevê o direcionamento de recursos para a modernização e adequação dos prédios do Poder Judiciário do Estado do Acre, visando melhorar as condições de trabalho dos servidores e magistrados, bem como conforto e acessibilidade para os jurisdicionados. Isso inclui ações como a reforma e a ampliação de instalações, a implementação de sistemas de segurança e a adequação para pessoas com deficiência, objetivando melhoria no padrão de acolhimento e inclusão.

Esta proposta é resultado da Gestão, a partir de negociações técnicas com a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) que se comprometeu em identificar e negociar as fontes de financiamento para o referido programa, além dos recursos captados de Emendas Parlamentares, que totalizam mais de R$ 10 milhões em 2023. Importa informar que já foi instituído grupo de trabalho misto para elaboração de carta consulta entre a SEPLAN, DITEC e DIGES.

A próxima etapa consiste em um detalhamento do Programa a nível de ações e atividades, bem como cronograma para envio do Caderno Completo de Investimento ao Governo do Estado do Acre.

4. 2. 3. Planejamento e Governança para Captação de recursos

a) Elaboração do Portfólio de Projetos para apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União (OGU) em 2023 e 2024

Nos 100 dias iniciais de gestão, foram apresentadas as Propostas de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União (OGU) 2023, com portfólio que reuniu, inicialmente 06 (seis) propostas de projetos prioritários para a gestão do Poder Judiciário Acreano, vinculado aos eixos: Sociedade, Processos Internos e Recursos e Estrutura, que juntos totalizaram um valor de **R$ 5 milhões**.

As propostas são constantes do Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Acre (Biênio 2023/2025) e estão devidamente alinhadas aos macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ n. 325/2020).

Tabela 02 - Detalhamento do Programa PRÓ-JUSTIÇA

Eixo Estratégico do PE	Detalhamento e objetivo do Projeto	Ação Orçamentária	Valor Global (R$)
Sociedade	Fortalecimento do Programa Jovem Aprendiz do Tribunal de Justiça do Estado do Acre(TJAC).	0EC2 – Transferências Especiais	500.000,00
	Implantação de Núcleo Psicossocial Unificado com competência estadual para atendimentos dos jurisdicionados do Poder Judiciário do Estado do Acre.		400.000,00
	Projeto de Reestruturação das Comarcas do Interior do Estado do Acre, visando melhor atendimento da população.		1.000.000,00
	Implantação de 01 (um) Fórum Digital do Tribunal de Justiça do Estado do Acre(TJAC), espaço que permite, de forma adequada, a realização de atos processuais, depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, Balcão Virtual / Resolução CNJ nº 372/2021		350.000,00
	Projeto Justiça Acreana Sustentável: Implantação de equipamentos fotovoltaicos nos prédios e Comarcas do TJAC nos Municípios de Sena Madureira, Brasiléia, Tarauacá e Feijó.		2.500.000,00
	Projeto de Segurança Energética dos Equipamentos de TIC do TJAC, aquisição e instalação de um (01) Grupo Gerador de energia elétrica a diesel e dois (02) Nobreak's Modulares (UPS's).		600.000,00
Total Geral (R$)			**5.000.000,00**

Fonte: DIGES, Gerência de Projetos, 2023.

Como resultado desse portfólio foram alocados recursos na ordem de R$ 9 milhões, superando ao proposto, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 03. Detalhamento dos Recursos de Emendas Parlamentares 2023

Eixo Estratégico do PE	Detalhamento e objetivo do Projeto	Ação Orçamentária	Valor Global (R$)	Parlamentar
Aprendizado e Crescimento	Implantação de Sala Segura do TJAC e Equipamentos de Infraestrutura de Dados	0EC2 – Transferências Especiais	10.195.642,00	Ex-Dep. Jéssica Sales Ex-Sen. Mailza Gomes
Sociedade	Implantação dos Centros Integrados de Justiça e Cidadania - CEJUCs do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.		500.000,00	Ex-Sen. Mailza Gomes
Processos Internos	Projeto de Melhoria da Estrutura de Comunicação e TIC		350.000,00	Sen. Alan Rick
Total Geral (R$)			**10.695.642,00**	

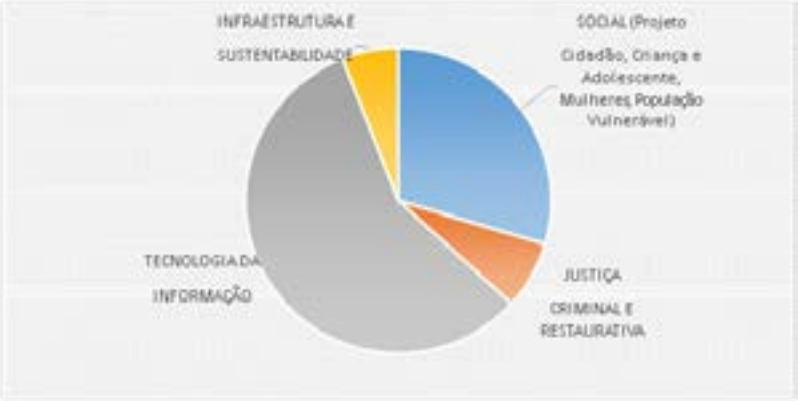
Fonte GEPRJ - DIGES

b) Gestão dos Convênios de Receita Estaduais e Federais

Estão em vigência atualmente **21 convênios de receitas** que totalizam um montante de R $ 16,6 milhões. Além disso, serão conveniados recursos na ordem de **R$10,6 milhões** oriundos de emendas parlamentares na modalidade Transferências Especiais.

Subdivididos em grupos de investimentos, estando distribuídos percentualmente da seguinte forma:

Gráfico 02. Percentual de Recursos de Convênio por Área de Investimentos



Fonte: DIGES, Gerência de Projetos, dados de abril de 2023.

Atualmente, gerencia-se cerca de R$ 16 milhões de recursos captados até 2023, destacando-se que desse total **R$10.959.596,61 (dez milhões novecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos)** foram captados na atual gestão e se destinam ao fortalecimento dos serviços judiciários (investimentos e custeios).

c) Gestão de Termos e Acordos de Cooperação Técnica

O gerenciamento dos Termos e Acordo de Cooperação Técnica no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre segue seus fluxos distintos: Fluxo 01: Processo de Formalização de Termos ou Acordos de Cooperação Técnica, Fluxo 02: Processo de Execução de Termos e Acordos de cooperação. Atualmente, existem **264 (duzentos e sessenta e quatro)** termos de cooperação em execução, ação de caráter permanente.

d) Elaboração de proposta do Sistema de Credenciamento nas modalidades tradutores e equipe técnica multidisciplinar

O Tribunal de Justiça iniciou em outubro de 2022 estudos relativos à implementação do Modelo de Contratação por Credenciamento, tendo por referência experiências do Poder Judiciário de Tocantins. O modelo de contratação de serviços técnicos por credenciamento foi instituído nos termos da **Resolução n.º 37, de 2 de dezembro de 2021**.

Profissionais como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, médicos, tradutores e intérpretes em libras, intérpretes em línguas faladas pelas etnias indígenas, tradutores públicos juramentados, conciliadores, mediadores, leiloeiros, antropólogos e outros poderão se cadastrar na espécie de contratação mencionada.

Elaboradas as minutas de gestão e contração, o sistema de credenciamento foi elaborado pela DITEC.

O Sistema de Credenciamento está alinhado ao que propõe o processo de contratação de serviços. Deverá ser instituída a Central Gestora de Equipes Multidisciplinar para monitorar esse processo.

Paralelamente a esse projeto, será feito lançamento do Edital de Credenciamento de intérpretes especializados e peritos antropólogos, conforme determinação da Resolução n. 287/2019, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade.

A proposta foi debatida com os representantes dos povos originários, garantindo uma gestão participativa e inclusiva a todos.

e) Reestruturação do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Estado do Acre - LAPIS como instrumento de incentivo à política de inovação

Objetivando o incentivo e o desenvolvimento de ideias inovadoras, construir soluções, projetos e produtos, a partir dos pilares de inovação, criatividade, modernidade, cola- boração, flexibilidade e multidisciplinaridade, o Poder Judiciário por meio da Portaria nº 2.156/2021, nos termos da Resolução CNJ n.º 395/2021, tem por responsabilidade manter as políticas atinentes ao laboratório de inovação.

O **LAPIS** foi reestruturado e está em funcionamento como espaço de formatação de políticas de inovação. A metodologia 'Design Thinking' não é de pleno domínio na Instituição. Como alternativa, o Gabinete Auxiliar da Presidência-GAAUX propôs atividades de capacitação local. **Cinco projetos** foram definidos para serem acompanhados pelo LAPIS, dois deles já se encontram em fase de credenciamento.

4. 3. POLÍTICA CONTROLE E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Instalado processo para elaboração do PPA 2024-2027, com vistas a atender às normativas específicas e promover a devida adequação com Planejamento Estratégico e alinhamento futuro com a LOA e LDO. Trata-se de ferramenta de gestão que contribui com a modernização, definindo as diretrizes, objetivos e metas. Será feito em duas modalidades: consulta interna e consolidação das propostas em reunião destinada a este fim.

4. 3. 1. Comportamento orçamentário e da gestão financeira:

Durante o período da atual gestão, tem sido acompanhada a execução orçamentária de forma permanente, como meio de garantir o uso racional dos recursos, como estratégia para garantia da segurança e sustentabilidade financeira da Instituição.

Verifica-se que o percentual atual de execução orçamentária, qual seja 23,23%, está dentro da média anual de execução.

Orçamento 2023

Valor Inicial	461.851.561,37
Valor Atual	509.941.734,67
Valor Executado (empenhado)	118.469.073,95
Percentual de Execução	23,23%

Fonte: DIGES, 31/04/2023

4. 3. 2. Despesa com Pessoal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (maio/2022 a abril 2023)

Receita Corrente Líquida	R$ 8,122 bi
Despesa total com Pessoal	R$ 249,80 mi
TJAC sobre a RCL ajustada	3,09%

4. 3. 3. Execução Orçamentária

Índice de cumprimento do orçamento (06/02 a 17/05/2023)

Administração TJAC (Duodécimo)	32,06%
FECOM - Fundo de Compensação	28,46%
FUNSEG - Fundo de Segurança	3,66%
FUNEJ - Fundo Judiciário	4,70%

4. 4.PAFO - PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária, sob à Coordenação Executiva do Gabinete da Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Dra. Zenice Mota Cardozo, restabeleceu os procedimentos necessários para geração de recursos financeiros e orçamentários em consonância com as legislações em vigor aplicáveis, com o devido apoio à tomada de decisão judicial para fins na aplicação de processo de perdimento. Volume de Negócios (2023) R$ 5,87 milhões.

4. 4. 1. Fluxos e processos

Retomada do acompanhamento e confecção dos manuais de processos de trabalho e desenho dos mapas de fluxos.

Observa-se a necessidade de revisão da estrutura organizacional para adequação da nova diretoria geral, instituída por meio da Lei Complementar n.º 433, de 27 de abril de 2023.

Construção do painel de monitoramento da cadeia de valor e de monitoramento dos manuais de trabalho. Essa ação visa a melhorar os acompanhamentos dos fluxos internos.

Reestudo dos fluxos de setores da Diretoria de Logística - DILOG, em observância à Resolução n. 180 de 2013, visando adequar situações de sobreposição de funções e ou desencontro entre fluxos de trabalho.

Retomado o monitoramento da Política de Gestão de Risco com vista a revisar 100% dos Mapas de Riscos nos processos, visando medidas para mitigá-los.

Estudo e acompanhamento da implantação do novo processo de automação judicial (construção de formulário e pesquisa para prova de conceito e acompanhamento de reuniões), envolvendo a construção de formulários, pesquisa para prova de conceito e participação em reuniões estratégicas para alinhar os detalhes da implementação.

4. 5. VICE-PRESIDÊNCIA ATUANTE NA GOVERNANÇA DO PODER JUDICIÁRIO

A Governança do Poder Judiciário (Resolução TPADM n° 270/2022) foi instituída com a finalidade de ampliar e fortalecer a governabilidade para todas as competências administrativas, assegurando mecanismos de gestão de risco, gestão de integridade e transparência. Esta ação tem sido acompanhada pela Vice-Presidência, com os seguintes destaques:

a) Reunião com a Softplan acerca aquisição do módulo Banco Nacional de Precedentes (BNP) para o sistema SAJ/SG, atendendo às diretrizes da Resolução do CNJ n.° 444, de 25 de fevereiro de 2022, que institui o BNP para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais;

b) Reunião com os integrantes do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Acre (CIJEAC), objetivando definir as ações para o biênio, dentre as quais a mobilização para cumprimento do regulamento para obtenção do Prêmio de Qualidade 2023;

c) Realização de procedimentos para atualização do BNP;

d) Realização de reuniões com os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPS) de outros Estados para aprimoramento e aperfeiçoamento dos conhecimentos do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEPNAC).

Além disso, foi elaborado um Plano de Ação para a política de acessibilidade no TJAC, junto ao Comitê de Acessibilidade.

Destaca-se que a Vice-Presidência tem atuado de forma permanente na orientação e acompanhamento da Gerência de Qualidade de Vida-GEVID.

Figura 14. Presença em reuniões de fortalecimento da gestão

Fonte: Diretoria de Informação Institucional - DIINS, 2023

4. 5. 1. Governança de Gestão em Segurança

A Governança de Gestão em Segurança do Poder Judiciário do Estado do Acre encontra-se em fase de implementação, contemplando a inteligência e a contrainteligência, mediante atuação preventiva e proativa, de modo a possibilitar a antecipação dos riscos, ameaças e ações hostis, inclusive aos efeitos de acidentes naturais e ou mitigar resultados indesejados.

Nesse sentido, a ASMIL promoveu:

1. Integração dos Serviços entre a Polícia Militar (à disposição deste TJAC) e os Agentes de Polícia Judiciária – APJ;
2. Nomeação da primeira Agente de Segurança feminina para coordenar os APJ;
3. Manutenção do Circuito Fechado de TV (monitoramento através de câmeras de segurança) das Comarcas do interior do estado;
4. Capacitação dos Agentes de Polícia Judiciária em armamento e tiro;
5. Escolta e entrega de armas de fogo para destruição;
6. Melhoria no procedimento de revista pessoal e de volumes durante o acesso de jurisdicionados e população em geral às instalações físicas do Poder Judiciário;
7. Proposta de instituição e regulamentação do emprego da Patrulha Judiciária da Assessoria Militar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre;
8. Proposta de aperfeiçoamento dos procedimentos das equipes de segurança por ocasião de viagem da(o) Presidente Tribunal de Justiça para dentro e fora da jurisdição;
9. Proposta de melhoramento dos procedimentos das equipes de segurança por ocasião do funcionamento do restaurante do servidor, localizado nas dependências da Sede Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado Acre, para controle de acesso, circulação e permanência de pessoas.

4. 5. 2. Governança de Informação Institucional e controle de acervo

Com objetivo de aprimoramento da informação institucional e controle de acervo, procedeu-se à elaboração do Plano Operacional da DIINS, com ações voltadas para a comunicação, segurança e descarte do acervo administrativo físico do 1º e 2º graus (custodiado na Supervisão de Arquivos da DRVAC).

Destaca-se as ações:

- Implantação das Plataformas Archivemática e Atom para indexação dos acervos digitalizados;
- Organização, coleta e análise das normas do TJAC;
- Edição de um novo quadro sobre serviços extrajudiciais na rádio TJAC;
- Incentivo de visitação ao museu com atendimento humanitário e acolhedor.

Realização de Campanhas Institucionais:

- Atualização de calendário de datas comemorativas em alusão à Justiça e causas sociais para produtos nas redes sociais;
- Campanha para ajudar as vítimas das enchentes ocorridas no estado;
- Combate ao Assédio Moral, sexual e qualquer forma de discriminação;
- Enfretamento da violência sexual contra Crianças e Adolescente;
- Justiça volante;
- 2º Censo do Poder Judiciário.
- Adoção.

5. PERSPECTIVA Aprendizado e Crescimento

Esse eixo articula pessoas e saberes, desenvolvimento de técnicas e tecnologias, com a valorização das competências, visando ao investimento e à expansão do desempenho do Poder Judiciário.

5. 1. RECONHECIMENTOS DE DIREITOS DOS SERVIDORES E SERVIDORAS

Foram deferidas 423 (quatrocentas e vinte e três) decisões favoráveis relativas à requerimentos administrativos de servidores e servidoras, conforme quadro abaixo:

Processos Administrativos - Servidoras(es)

Abono Permanência	11
Adicional de Especialização	20
Auxílio Funeral	2
Averbação de tempo de contribuição	9
Decisão	239
Gratificação de capacitação	89
Licença-prêmio	47
Verbas rescisórias	6
Total	**423**

5. 1. 1. Concursos públicos como fortalecimento de competências

O Tribunal de Justiça do Acre instituiu Grupo de Trabalho para realizar o levantamento das necessidades de provimento de cargos efetivos, com foco na realização de concurso público no âmbito do Poder Judiciário, conforme Portaria n. 696/2023.

5. 1. 2. Contratação de Estagiários de Nível de Pós-Graduação

Contratação de Estagiários de Pós-graduação nas áreas de Serviço Social e Psicologia para compor equipe multidisciplinar, visando atender as demandas do interior (Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul). Serão **08 (oito)** novos estagiários e estagiárias **por 18 meses.**

5. 2. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A DIPES atua, de forma permanente, para melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho e tem como um dos seus principais objetivos primar pela saúde e bem-estar dos servidores. Nessa cadência realizou:

a) Blitz do carnaval seguro

Distribuição de preservativos - mais de 300 (trezentas) unidades de preservativos foram distribuídos na Sede do TJAC. De forma descontraída, os servidores foram chamados a refletir sobre a saúde e o bem-estar.

Figura 15. Servidora em atividade na GEVID

b) Saúde dos rins e Blitz da Hipertensão Arterial

Coleta de exame de creatinina

A GEVID, em parceria com a Clínica Renal de Rio Branco, realizou a coleta e entregou os resultados de 101 (cento e um) exames aos servidores e magistrados:

Figura 16. Atendimento de saúde na GEVID

Promoveu o atendimento individualizado nas salas da sede administrativa do Tribunal e na Cidade da Justiça.

Figura 17. Magistradors e servidores participaram do atendimento em saúde na GEVID

c) Mulher Solidária

Ação de solidariedade e homenagem ao dia da Mulher, com 33 (trinta e três) atendimentos médicos, 7 (sete) atendimentos fisioterápicos e 2 (dois) atendimentos psicológicos, 370 (trezentos e setenta) aferições de Pressão arterial e 70 (setenta) testes de Glicemia de servidores e magistrados.

Figura 18. Material de divulgação - Mulher

d) Servidor em dia com a vacina

A campanha de vacinação aconteceu na sede administrativa do Tribunal (no Centro Médico) no dia 15 de maio e no Fórum Barão do Rio Branco, no Fórum dos Juizados Especiais e na Cidade da Justiça no dia 17, durante o horário de expediente do Tribunal.

Trezentas(os) servidoras(es) atendidas(os) com vacinas contra a gripe e a Covid-19.

Figura 19. Material de divulgação - Covid

A ação contribuiu com segurança e saúde no trabalho e representou um alcance de quase **20 % dos servidores.**

e) Academia do Servidor

A abertura da Academia **com horário estendido até às 18h** é uma iniciativa que beneficia a saúde física e mental dos serventuários. Assim, servidores e seus familiares podem contar com um serviço de qualidade, com orientação profissional e ambiente agradável.

Além disso, foi inclusa vagas para atividade física de pilates.

f) Conhecendo melhor o servidor

Pesquisa de recadastramento de dados étnico-raciais no Poder Judiciário - Pacto Nacional do Judiciário pela EQUIDADE RACIAL, uma política necessária à inclusão e respeito às diferenças.

Atividade importante para conhecer a identificação racial dos profissionais, como forma de pensar em outras políticas de inclusão e enfrentamento do possível racismo institucional.

Figura 20. Material de divulgação

Total de servidores participante e apoio: 1691

5. 3. VALORIZAÇÃO SALARIAL E SEGURANÇA DO SERVIDOR

Objetivando a valorização dos servidores, no primeiro ano da gestão, iniciou o processo de reajuste salarial do servidor(a) do quadro efetivo em **12% (doze por cento)** e, para cargos comissionados, em **10% (dez por cento)** - Lei Complementar N.º 434 de 27 de abril de 2023. Impacto positivo no clima organizacional da Instituição e no poder aquisitivo de compra dos servidores da ativa e aposentados.

https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/Lei_Complementar_434_2023.pdf

a) GAR/2023 - Gratificação por Alcance de Resultados

Foi instituída a equipe multissetorial da GAR, vinculado ao COGAR, com o objetivo de orientar as unidades a organizarem os processos de alimentação dos indicadores de resultados para a valorização dos servidores e servidoras.

b) BB - Previdência Complementar

Implementação na Folha de Pagamento no novo regramento de cálculo da aposentadoria para os novos magistrados e servidores. **Uma alternativa de complementação previdenciária para servidores e magistrados**.

A legislação orienta ao poder público para a necessidade de contribuir com essa modalidade de segurança do servidor (previdência complementar). Ação importante para a vida dos servidores (SEI 0008819-53.2022.8.01.0000).

5. 4. TECNOLOGIA A BEM DA JUSTIÇA E DA INCLUSÃO

Trata-se das principais ações, projetos e resultados da DITEC ao longo do período de 1º de fevereiro a 26 de maio de 2023. A DITEC é responsável por gerenciar e desenvolver a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação no âmbito do Tribunal de Justiça do Acre. Dessa forma, tem se pautado em buscar soluções tecnológicas, visando à modernização dos processos judiciais e aprimoramento do acesso à justiça.

Um investimento em infraestrutura, o que fortalece as tecnologias e suas ferramentas, capacitação de pessoas, disponibilização de serviços aos usuários internos, externos e, em especial, aos jurisdicionados, pressupondo melhoria dos sistemas de rede, investimento em inteligência artificial, digitalização de documentos e outras iniciativas inovadoras.

5. 4. 1. Chamado Fácil

Encaminhamento de processo para atualização da Resolução COJUS nº 40/2013, como política de uso institucional da comunicação eletrônica no Poder Judiciário do Estado do Acre (GLPI x Chamado Fácil), o que objetiva ampliar os benefícios para implementação e desenvolvimento do Chamado Fácil na área de tecnologia, melhorando a satisfação profissional dos usuários.

O GLPI (Gestão Livre de Parque de Informática) é uma plataforma que oferece o gerenciamento de chamados, sendo uma opção adequada às instituições que buscam um amplo gerenciamento de TI.

5. 4. 2. Gestão de TI

Com a criação da Gerência de Governança foi fortalecida a gestão da DITEC, representando um passo importante para melhorar a estrutura organizacional e a eficiência das atividades de tecnologia da informação no Tribunal de Justiça.

5. 4. 3. Revisões de Planos de ações da Tecnologia da informação

a) Atualização do Plano de Gestão de Risco

O TJAC realizou a revisão do Plano de Gestão de Riscos, passo importante para facilitar o acompanhamento de riscos, objetivando preparar a área de Tecnologia da Informação e Comunicação para lidar com os riscos e ameaças associados às suas atividades.

b) Plano de Transformação Digital

A atualização e a revisão do Plano de Transformação Digital do TJAC é um processo importante para garantir que as estratégias e iniciativas estejam alinhadas com as necessidades atuais e futuras, em atendimento à Resolução n. 370 do CNJ.

c) Atualização e revisão do Plano de Contratação

Organização das demandas de contratação interna a partir da realidade de cada setor.

d) Plano anual de capacitação

Atualização e Implementação do Plano de Anual Capacitação em atendimento à Resolução N° 370 do CNJ. A capacitação de servidores para utilização e desenvolvimento de Business Intelligence (BI). O BI é uma área que envolve a coleta, análise e apresentação de dados para auxiliar na tomada de decisões. É uma iniciativa importante para a confecção de painéis de atendimento e melhoria na apresentação dos resultados da Justiça 4.0, o que significa aprimoramento na tabulação de indicadores e fortalecimento da transparência no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Processo SEI: 0003014-22.2022.8.01.0000).

e) Plano de contratação

Atualização e revisão do Plano de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre é um processo fundamental para garantir que as estratégias de contratação estejam alinhadas com as necessidades e objetivos atuais da instituição, elaborado segundo as orientações da Resolução n.° 182 do CNJ.

5. 4. 4. ESTUDOS, CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES DE PROCESSOS - área de TI

a) Outsourcing

Encaminhado processo para licitação de outsourcing de impressão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. A política outsourcing é vista como uma estratégia eficaz para otimizar recursos e insumos. O outsourcing de impressão envolve a contratação de uma empresa especializada para gerenciar e fornecer serviços de impressão, incluindo o fornecimento de equipamentos, suprimentos e manutenção.

b) Sala Segura

A implementação de uma segunda sala segura é de extrema importância para garantir a segurança e a integridade das informações sensíveis e confidenciais, proporciona redundância e garante a continuidade das operações em caso de falhas, manutenção ou desastres na primeira sala segura. Isso minimiza interrupções e mantém a disponibilidade dos serviços essenciais, evitando perda de dados ou atrasos significativos nas atividades do Tribunal.

Foi aberto processo de contratação da 2ª Sala Segura para aquisição de insumos e de storages. Os esquipamentos farão parte do 2° Data Center, no qual ficarão centralizados os dados da rede local do Tribunal. Previsão final de conclusão dos processos setembro de 2023.

c) Implantação de Automação de Processos – RPA (Robôs)

A automatização do processo de envio evitará a execução de tarefas manuais como envelopar, carimbar, gerar guia, levar aos correios e digitalizar comprovantes. Dessa forma, a nova versão, por meio de processo digital, reduzirá etapas de serviços entre SAJ e Correios.

O TJAC abriu processo de compra de 20 servidores (equipamentos tecnológicos) para o interior, além da contratação de ferramenta de inteligência de negócio (BI), tornando-se uma iniciativa importante para este Poder. Isso permitirá a visualização de dados de forma mais eficiente e estratégica (Projetos de Desenvolvimento de painéis e Dashboards em Business Inteligence – BI), como os discriminados:

- Desenvolvimento migração BI Qlik Sense (DIPES);
- Desenvolvimento migração BI Qlik Sense (COGER);
- Desenvolvimento BI (Painel de Frotas).

5. 5. SISTEMAS IMPLANTADOS

5. 5. 1. Implantação da Central de Serviços de Atendimentos Níveis 1, 2 e 3

A implantação da Central de Serviços de Atendimento Níveis 1, 2 e 3 (CSA) é uma estratégia importante para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de suporte e atendimento no TJAC.

5. 5. 2. Implantação e treinamento do AR-Digital

A implantação do AR-Digital é uma medida importante para modernizar e agilizar os processos que integram o Sistema de Automação da Justiça (SAJ) no âmbito do Tribunal de Justiça.

Fortalecimento da Central de Mandados

Compromissado em incorporar novas tecnologias, aliada à busca constante por automação e agilidade nos atos praticados pelo Poder Judiciário, implementou-se o AR Digital. Um novo padrão de comunicação disponibilizado pelos Correios - e-Carta, vinculado à Central Digital de Mandados, com acompanhamento digital desde o momento que os mandados saem do Cartório, entram na central e são distribuídos, efetivando a gestão de fluxo para cumprimento dos serviços.

Representa agilidade e celeridade, de modo que o mandado seja direcionado aos Oficiais de Justiça para cumprimento das diligências, equalizando a carga de trabalho e otimizando recursos.

5. 5. 3. Tecnologia do TJ vista como prioridade

A DITEC trabalha para integrar diferentes sistemas utilizados pelo Tribunal de Justiça do Acre, permitindo a troca de informações e o compartilhamento de dados entre esses sistemas. Isso facilita a comunicação e o fluxo de trabalho entre as diferentes áreas do tribunal.

Desenvolvimento de portais e sistemas de acesso público. A equipe de tecnologia é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de portais e sistemas que permitem o acesso público a informações e serviços do Tribunal. Isso inclui a disponibilização de processos eletrônicos, consultas processuais, agendamento de audiências, entre outros recursos online. Ela desempenha um papel importante na capacitação e treinamento dos usuários dos sistemas de tecnologia do tribunal. Isso envolve a realização de treinamentos, a elaboração de materiais instrutivos e a oferta de suporte técnico para garantir o uso adequado dos sistemas.

Com a implantação da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação: A DITEC gerencia projetos de tecnologia no Tribunal de Justiça do Acre, garantindo que sejam concluídos dentro do prazo e do orçamento estabelecidos. Isso pode incluir a implementação de novos sistemas, atualizações de infraestrutura, migração para a nuvem, entre outros projetos relacionados à área tecnológica.

5. 5. 4. Parque tecnológico

Foram garantidas as políticas de investimento no parque tecnológico. Estão em andamento os processos de readequação da estrutura computa cional. Um desejo coletivo de colocar o TJAC em evidência tecnológica com segurança e qualidade operacional.

6. PERSPECTIVA Sustentabilidade e Infraestrutura

Esta perspectiva vislumbra assegurar infraestrutura adequada ao funcionamento do TJAC, garantindo reformas e manutenção dos espaços físicos com qualidade. O que requer boa gestão orçamentária e financeira.

6. 1. INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA O INTERIOR E CAPITAL

Com o objetivo de entregar uma melhor prestação jurisdicional, a atual gestão empreendeu esforços para agilizar os processos licitatórios e de aquisições, de forma a proporcionar melhor qualidade das instalações físicas, segurança de dados e transportes dos servidores e magistrados, destacando:

1. Reabertura do Restaurante do Servidor (foto do restaurante);
2. Deflagração da licitação da 2ª Etapa de Construção do Centro Administrativo no Município de Brasiléia/Acre;
3. Deflagração da fase de elaboração de projetos do 3º prédio da Cidade da Justiça de Rio Branco;
4. Abertura de processo licitatório para melhoria de acessibilidade na Cidade da Justiça;
5. Elaboração de proposta para melhorias do sistema elétrico dos prédios da Cidade da Justiça;
6. Assinatura de Termo de Cooperação junto ao Governo do Estado do Acre para melhoria da infraestrutura no interior e capital - adequação do Prédio dos Juizados para abrigar as unidades do Fórum Barão do Rio Branco, da Central de Atendimento ao Cidadão (guarita), dos Fóruns de Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil;
7. Deflagração do certame licitatório para aquisição da nova Sala Segura;
8. Aquisição de servidores (TI) para atender as Comarcas do interior ao custo de R$ 1.840.000,00 (um milhão oitocentos e quarenta mil reais);
9. Veículos novos para as Comarcas de Cruzeiro do Sul, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Manoel Urbano e Sena Madureira;
10. Visitas técnicas realizadas nas Unidades do TJAC de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter;
11. Realização de manutenção nos prédios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Jordão; e
12. Parceria com a Prefeitura de Cruzeiro do Sul para a roçagem da Cidade da Justiça.

6. 1. 1. Manutenção Predial

Foram empregados investimentos na manutenção da infraestrutura de diversos prédios do TJAC de forma a proporcionar melhores condições de trabalhos, dentre as quais se destacam:

1. Manutenção nas instalações físicas dos Fóruns das Comarcas de Manoel Urbano e Capixaba;
2. Manutenção nas instalações elétricas e hidráulicas da Sede Administrativa com colocação de interruptores nos corredores, trocas de lâmpadas, troca de sifões e assentos sanitários, dentre outros;
3. Conserto do portão do Juizados Especiais Cíveis;
4. Substituição da caixa d'água do Palácio da Justiça;
5. Conserto do sistema de irrigação da sede;
6. Reforma de mobiliário da Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça e diversos outros setores da Comarca de Rio Branco;
7. Paisagismo na Cidade da Justiça - por meio da parceria firmada com a SEMEIA foi realizada a primeira etapa do paisagismo na Cidade da Justiça;
8. Criação de Comissão para desfazimento de bens inservíveis; e
9. Criação de Comissão para descarte de arquivos judiciais e administrativos.

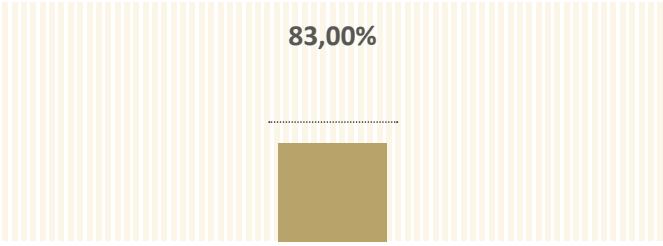
7. METAS DO JUDICIÁRIO 2023

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

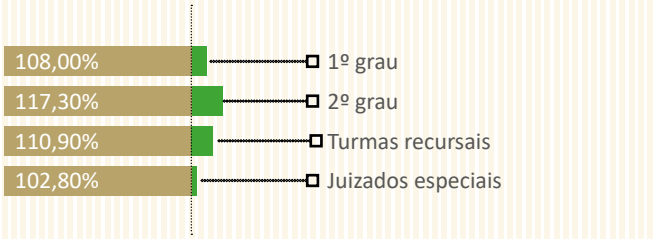
EXERCÍCIO 2023 - 1º Quadrimestre

1 Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

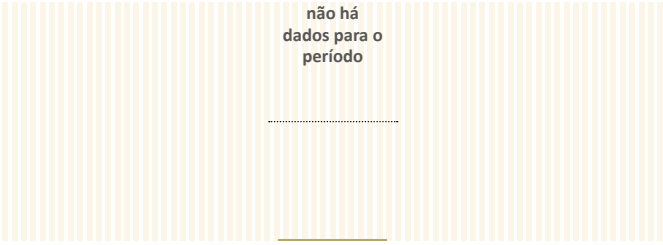
(Saldo acumulado – 3.000)



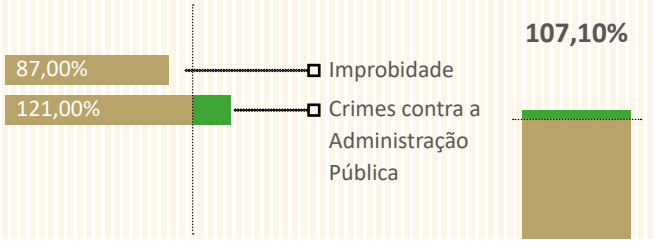
2 Identificar e julgar pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.



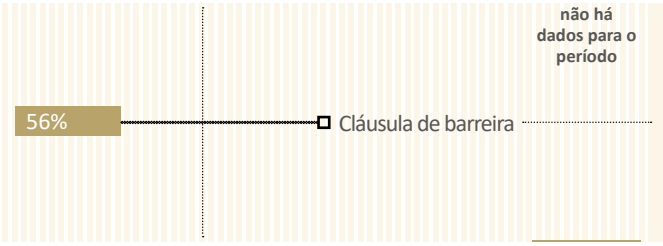
3 conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.



4 Identificar e julgar 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.



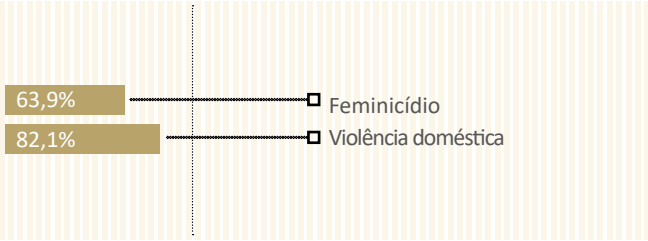
5 Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%.



META CUMPRIDA

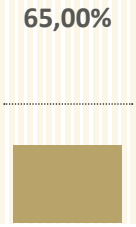
8

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.



9

Implantar no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

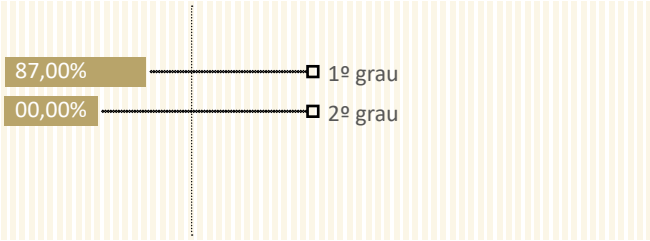


10

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

11

Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.



7. 1. RESULTADOS - INDICADORES DE DESEMPENHO

Cabe esclarecer que os indicadores para 2023, representam apenas uma tendência, não são números consolidados.

7. 1. 1. Perspectiva Processos Internos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas;
- Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público;
- Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição;
- Potencializar o processo de inovação à governança judiciária;

- Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento;
- Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Índice de atendimento à demanda no 1º grau;
- Índice de atendimento à demanda no 2º grau;
- Índice de Atendimento à Demanda (IAD);
- Taxa de Congestionamento Líquida;
- Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos 'Governança' e 'Qualidade da Informação';
- Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus);
- Taxa de Encarceramento
- Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS).

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO 1º GRAU

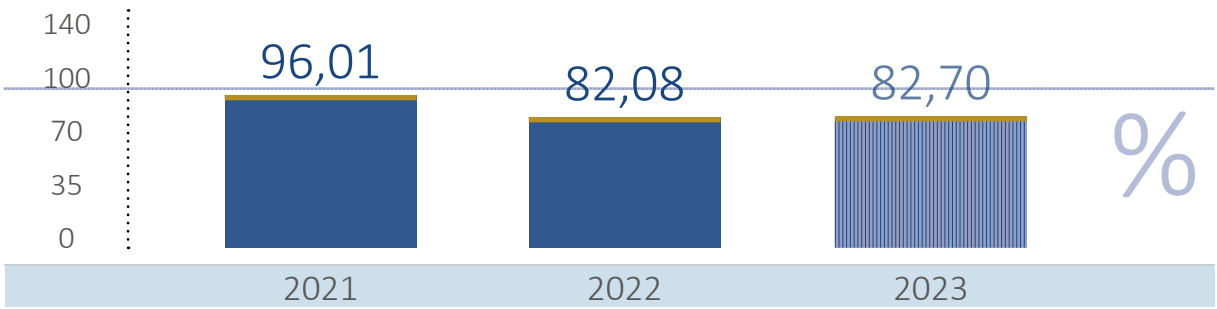
O índice consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. A métrica do indicador consiste em computar processos de 1º grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

A meta estipulada no PE (2021-2016) foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 1º grau.

Em 2021, a meta ficou muito próxima de ser alcançada, 96,01%, indicando que, mesmo que pequeno, houve formação de estoque de processos.

2023: 82,70% (proporcional ao 1º quadrimestre/2023), representando tendência de avanço.

Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau do TJAC



Fonte: (https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html acesso em 30/05/2023

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA NO 2° GRAU

O índice consiste no percentual de processos baixados pela unidade judiciária em relação aos casos novos, ou seja, mede se há formação de estoque, indicando a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. A métrica do indicador consiste em computar processos de 2° grau, somando-se os casos de conhecimento e de execução.

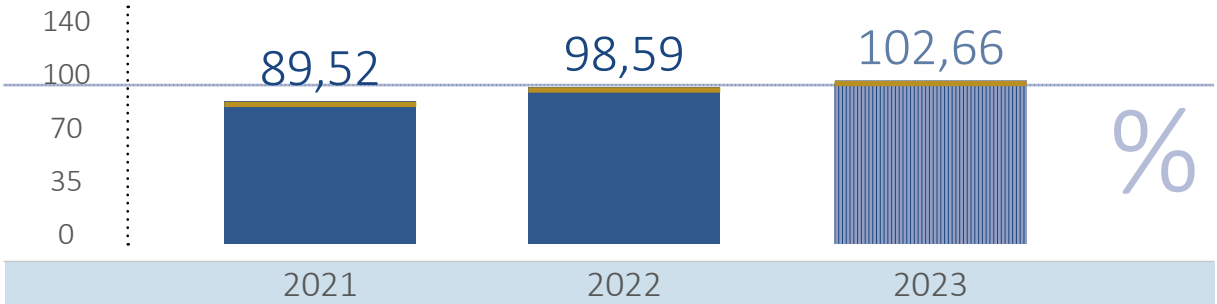
A meta estipulada no PE (2021-2016), foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD) no 2° grau.

Em 2021, a meta não foi alcançada, 89,52%, indicando que houve formação de estoque de processos.

Em 2022, o índice foi de 98,59%.

2023: 102,66% (proporcional ao 1° quadrimestre/2023), uma tendência de cumprimento de metas.

Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau do TJAC



Fonte: (https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html acesso em 30/05/2023)

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA (IAD)

O índice indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%. Computa os processos de 2° grau, de 1° grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução.

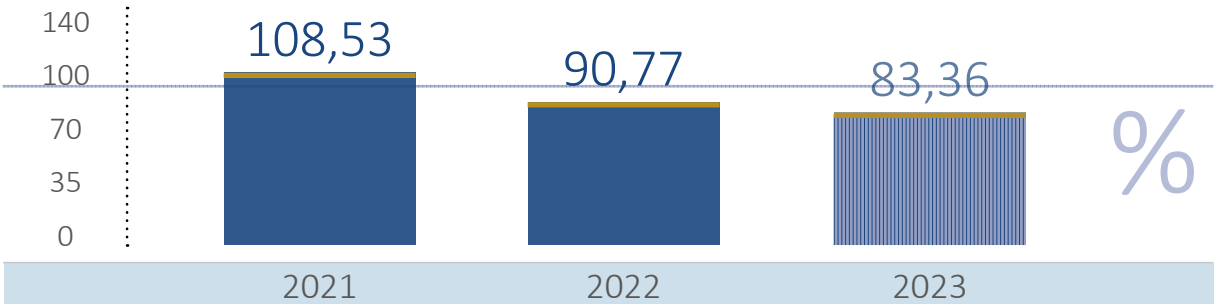
A meta estipulada no PE (2021-2016) foi a de alcançar, a cada ano, o patamar mínimo desejável de 100% no Índice de Acesso à Demanda (IAD).

Em 2021, a meta foi alcançada em 108,53%.

Em 2022, o índice foi de 90,77%.

2023 – 83,36% (proporcional ao 1° quadrimestre/2023), representando uma possibilidade de avanço.

Índice de Atendimento à Demanda do TJAC



Fonte: (https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html acesso em 30/05/2023)

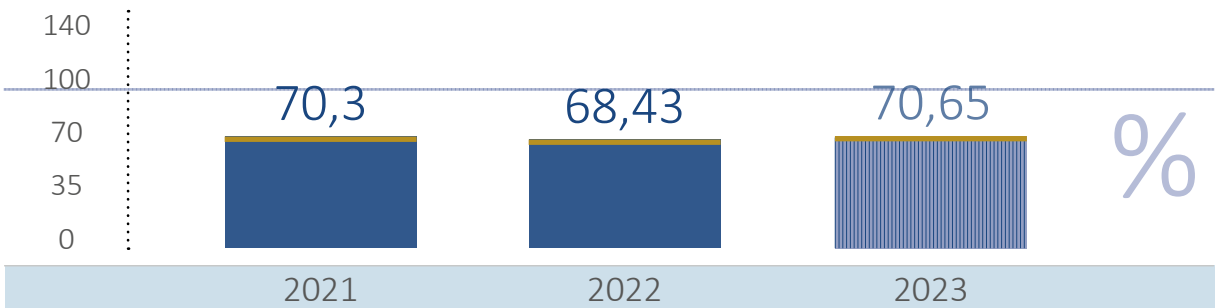
TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA

O índice indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceram em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. São computados os processos de 2º grau, de 1º grau, das turmas recursais e dos juizados especiais (quando aplicável), somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.

A meta estipulada no PE (2021-2016) foi de reduzir para 50% ao ano, a taxa de congestionamento líquida, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 51,62%, segue a serie histórica:

- 2021, a meta foi superada, 70,30%.
- 2022, esse índice foi de 68,43%
- 2023, 70,65% (proporcional ao 1º quadrimestre 2023), matendo a tendência de equilíbrio.

Taxa de Congestionamento Líquida no TJAC



Fonte: https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html (acesso em 30/05/2023)

ÍNDICE DE DESEMPENHO NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE NOS EIXOS 'GOVERNANÇA' E 'DADOS E TECNOLOGIA'

O índice indica o percentual da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia", conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.

Fonte: https://intranet.tjac.jus.br/intra/?page_id=59350

A meta estipulada no PE (2021-2016) foi a de aumentar, gradativamente, o Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos Governança e Dados e Tecnologia em 5,0% até o ano de 2026, tendo como referência o valor alcançado no ano de 2020: 67,59%.

Em 2021, a meta foi estipulada em 67,59%; e para 2022, foi de 68,59%. No ano de 2021 a meta foi superada em 106,67%, pois foi alcançado o índice de 72,1%.

Em 2022, o percentual de cumprimento em relação à meta estipulada foi de 87,5%, pois o índice alcançado foi de 60,93%.

2023: 37,73% (dados ainda não conclusos).

7. 1. 2. Perspectiva Aprendizado e Crescimento

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica;
- Definir e executar projetos estratégicos de TIC, conforme resoluções do CNJ.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV);
- Índice de Absenteísmo;
- Índice de Satisfação Interna;
- Índice de capacitação de magistrados(as);
- Índice de capacitação de servidores(as);
- Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD);
- Percentual de comarcas do TJAC com PJe implantado.

PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (PRQV)

Indica o percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

A meta estipulada no PE (2021-2016), foi de ampliar em 2%, a cada ano, de forma cumulativa o percentual de participação em ações de qualidade de vida no trabalho, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2020: 9,66%. Para o ano de 2021 foi estipulada a meta de 11,5% e para o ano de 2022, 13,5%.

Em 2021, a meta não foi alcançada, o resultado alcançado: 7%, atingiu 60,9% da meta estipulada para o ano, o que pode ter sido reflexo da Pandemia.

Em 2022 o resultado alcançado foi de 8%, representando um grau de cumprimento de 59,5% em relação à meta estipulada para o ano.

2023; 10 ações com a participação de 1.101 servidores

Representando a participação de 72,77% (dados não conclusos).

Fonte: DIPES, 2023.

ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

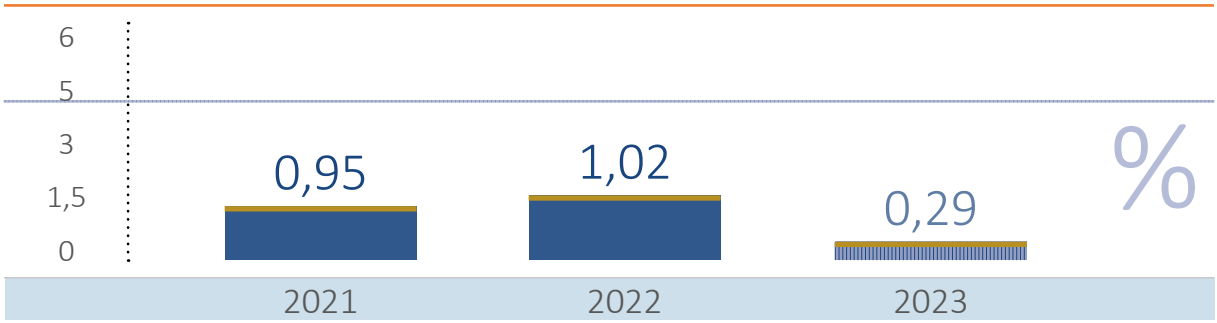
A meta estipulada no PE (2021-2016) foi a de manter o índice de absenteísmo até 2026 menor que 3%, tendo como referência o percentual alcançado no ano de 2019: 2,9%, desconsiderando o ano de 2020, devido à pandemia.

O resultado para o ano de 2021 foi de 0,95%.

Em 2022, foi alcançado o percentual de 1,02%, superando, no período, as metas estipuladas.

Já em 2023: 0,29% (1º quadrimestre).

Índice de Absenteísmo-Saúde do TJAC



Fonte: DIPES, 2023.

7. 1. 3. Perspectiva Sustentabilidade Financeira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PE 2021-2026):

- Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação;
- Reduzir custos operacionais da Instituição;
- Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

- Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD);
- Índice de execução das dotações para projetos (IEP);
- Percentual de PJe implantado.

PERCENTUAL DE COMARCAS DO TJAC COM PJe IMPLANTADO

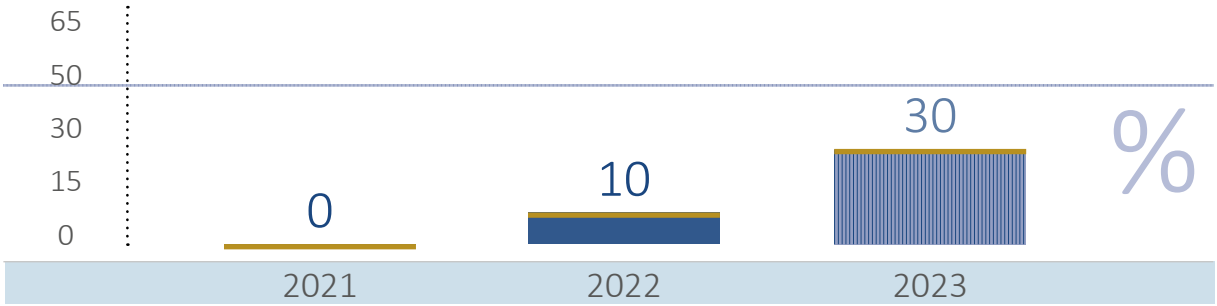
Esse indicador mede o percentual do 'Processo Judicial Eletrônico' (PJe) implantado, visando unificar a prestação jurisdicional do Estado com as recomendações do CNJ.

A meta estipulada no PE (2021-2016) foi a de implantar o PJe até 2026 em 100% das comarcas do TJAC. Para o ano de 2021, não foi estipulado percentual, considerando que aquele ano seria destinado ao planejamento das ações. Já para o ano de 2023 aponta-se um investimento no Pje que representará 30% da sua instalação.

Em 2022, foi estipulado o percentual de 10%, o qual foi alcançado.

2023: 30% (considerando o percentual de recursos destinados à estrutura de tecnologia que atenderá ao PJe)

% de implantação do PJe



Fonte: DITEC, 2023.

8. HOMENAGENS E PRÊMIOS

Ministra Rosa Weber recebe a maior honraria do Judiciário Acreano

Publicado em 21-03-2023

A presidente do STF e do CNJ disse que ao decidir visitar a Amazônia, conhecer Cruzeiro do Sul, foi uma oportunidade maravilhosa, sentindo-se honrada e feliz com a homenagem.

"Essa homenagem vem direto ao meu coração que eu estou extremamente honrada e feliz por estar aqui e agradecida a todos", com essas palavras, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, expressou seu agradecimento ao receber a maior honraria do Poder Judiciário do Acre, a Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz.

A honraria foi entregue pela desembargadora Regina Ferrari, presidente do Tribunal de Justiça do Acre, acompanhada do vice-presidente, desembargador Luis Camolez, realizada no Centro Cultural do Juruá.

O dispositivo também teve a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Francisco Djalma, do diretor da Escola do Judiciário (Esjud), desembargador Elcio Mendes, e do ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

TJAC realiza Sessão Solene de Outorga da Ordem do Mérito Judiciário ao ministro do STF Edson Fachin

Publicado em 20.04.2023

Pela primeira vez em solo acreano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin foi recebido pela presidência do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), sendo agraciado com a Ordem do Mérito do Judiciário durante a Sessão Solene do Tribunal Pleno.

A maior honraria do Judiciário acreano, a ordem Grã-Cruz, foi outorgada pela presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari. "A presença do ministro simboliza o compromisso com a realização da Justiça e preservação da democracia em todas as regiões do país. A justiça não é valor abstrato, mas realidade tangível e direito inalienável de todos", enfatizou Ferrari.

TJAC homenageia ministro do STJ Reynaldo da Fonseca em reconhecimento à contribuição à Justiça brasileira

Com mais de 30 anos na magistratura estadual e federal, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo da Fonseca, foi homenageado, no dia 26 de maio de 2023, pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) com a medalha Ordem do Mérito Judiciário, honraria de Grande Oficial. A homenagem foi concedida em reconhecimento à contribuição que ele tem destinado à Justiça brasileira durante mais de três décadas.

A Sessão Solene, que ocorreu no plenário do TJAC, reuniu diversas autoridades do Sistema de Justiça, entre elas, que compuseram o dispositivo de honra, estavam: o procurador-geral de Justiça, Danilo Lovisaro; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Acre, Rodrigo Aiache; o governador do Estado, Gladson Cameli e o deputado estadual Pedro Longo, representante da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Presidente do TJAC e Corregedor-geral da Justiça recebem visita institucional do Conselheiro do CNJ, Marcos Vinícius Jardim

Publicado em 03.05.2023

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargadora Regina Ferrari, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Samoel Evangelista, receberam no dia 3 de maio/2023, a visita institucional do conselheiro Marcos Vinícius Jardim Rodrigues , do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, eles dialogaram sobre a importância da parceria entre as instituições.

9. GESTÃO INTEGRADA: SOMA RESULTADOS - COGER

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Relatório 100 Dias de Gestão
Biênio 2023-2025

Maio - 2023

Tribunal de Justiça do Estado Acre
Biênio 2023 - 2025

Desembargadora Regina Ferrari
Presidente

Desembargador Luís Camolez
Vice-Presidente

Desembargador Samuel Evangelista
Corregedor-Geral da Justiça

Juiz de Direito Alex Ferreira Oivane
Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça

2

Sumário

Apresentação 4
Composição da equipe 5
Corregedoria em números 8
Dados Assessoria 10
Dados Chefia de Gabinete 11
Dados Gerência de Fiscalização Judicial.... 12
Dados Gerência Fiscalização Extrajudicial....13
Dados Gerência de Serviços Auxiliares....14
Informações relevantes 15
Núcleo de Apoio à Jurisdição - NUJUR 16
Gerência de Fiscalização Judicial 21
Programa Saber sem Fronteiras.... 29
Gerência de Fiscalização Extrajudicial 32
Gerência de Serviços Auxiliares 38
Notícias em destaque 39
Acervo Fotográfico 42

3

Apresentação

Ao tomar posse no cargo de Corregedor-Geral da Justiça, biênio 2023/2025, os objetivos estabelecidos buscam o aperfeiçoamento do 1º Grau de Jurisdição e dos Serviços Extrajudiciais, garantindo a entrega ao cidadão/cidadã de um serviço público de qualidade e eficiente, para atender aos anseios da sociedade e de se constituir em instrumento efetivo de justiça, equidade e promoção da paz social.

Como medida principal, nesses primeiros 100 (cem) dias fora criado o Núcleo de Apoio à Jurisdição (NUJUR), visando assegurar aos jurisdicionados o direito constitucional à duração razoável do processo, identificando-se as unidades judiciárias com processos prioritários para julgamento e supervisionando a distribuição dos processos aos juízes de direito designados.

Na mesma toada, em parceria com a Escola do Poder Judiciário (ESJUD), tem-se levado às unidades judiciárias o "Programa Saber Sem Fronteiras", que tem o intuito de levar os melhores serviços e ações educacionais às Comarcas do Estado, favorecendo a constante formação e o aprimoramento do corpo funcional da Instituição e, não menos importante, revelando o cuidado com as pessoas.

Por fim, esta Corregedoria Geral da Justiça também manteve o foco na concretização de suas atividades precípuas, realizando as fiscalizações ordinárias nas unidades judiciais e extrajudiciais, visando à garantia da regularidade, eficiência e boa prestação dos serviços à população do Estado do Acre, buscando garantir o cumprimento de Metas e Diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e a implementação das melhores práticas existentes.

Desembargador Samuel Evangelista
Corregedor-Geral da Justiça

4

Composição da Equipe

5

Composição da Equipe

Chefia de Gabinete

Maria do Socorro Moraes Figueiredo

Secretaria

Ney Cordeiro Figueiredo

Antonice Barbosa das Neves

Gabinete do Juiz Auxiliar

Saniele de Lima Caetano Azevedo

Equipe de Assessores

Gillemark Hanan de Souza

Rodrigo Oliveira dos Santos

Thiago Alves de Menezes

Gerência de Fiscalização Judicial

Rafaella Ribeiro Mezerhane

Suely Oliveira Cordeiro

Naschara de Brito Pelicer

Katiuzya Francyelly Dalacosta de Melo

* Servidores do Gabinete do Des. Elcio Mendes

6

Composição da Equipe

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

- Jovanny Nascimento Fogaça
- Amanda Cristine da Silva Araújo
- Annete Nágila da Silveira V. Rates
- Jussara de Cássia C. F. de Souza
- Sandra Márcia Shicovski dos Santos
- Sara Maria Crispim de S. D'Anzicourt
- Kendra Souza Cavalcante

Gerência de Serviços Auxiliares

- Josemar Mesquita Souza
- Célio José Morais Rodrigues
- Jessé Azevedo Drumond
- Simony Lima da Silveira
- Maria Erinelda Lins da Costa

* Servidores do Gabinete do Des. Elcio Mendes

7

Corregedoria em Números

8

Corregedoria em Números

Na racionalização do processo de modernização da Corregedoria Geral da Justiça do Acre, e tendo como foco o aperfeiçoamento da qualidade e efetividade dos serviços prestados, apresenta-se a Corregedoria em Números com os dados consolidados de produtividade nos 100 dias de gestão. Essa forma de apuração do desempenho permitirá o autoconhecimento da Corregedoria sobre seus números, proporcionando decisões mais eficientes.

9

Dados Assessoria

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Acre, no período de 100 dias, realizou o cadastramento e autuação de documentos e petições encaminhados por entes públicos e privados, advogados, partes, magistrados e servidores deste Tribunal, recebidos por meio do correio eletrônico oficial (coger@tjac.jus.br) e ainda por meio dos sistemas PjeCor e SEI.

No período de 08 de fevereiro a 13 de maio, o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Samoel Evangelista, proferiu um total de 1.244 atos, entre despachos de impulsionamento e decisões terminativas, em ambos os sistemas utilizados por este Órgão Correcional - PjeCor e SEI.

1.244
Atos Proferidos

18
Média de Atos por Dia Útil

10

Dados Chefia de Gabinete

A chefia de gabinete gerencia a agenda do Corregedor por meio da ferramenta Google Agenda, onde são registradas as atividades diárias do Corregedor.

Além disso, também são lançadas na agenda as reuniões realizadas, na forma presencial, pelo Corregedor Geral da Justiça para apresentação dos relatórios das correições realizadas nas unidades judiciais, com Juízes e servidores das respectivas unidades Correicionadas.

170
Eventos Agendados

118
Eventos Realizados até 18/05/2023

11

Dados Gerência de Fiscalização Judicial

Elaboração de novos modelos dos Relatórios de Correição, inovando no formato, de modo a viabilizar o diagnóstico acerca da evolução dos quadros da unidade e aperfeiçoando os dados para fins de melhor elucidação dos pontos a serem observados, que deverão ser objeto de maior enfoque.

Além de apresentar o índice de cumprimento das Metas Nacionais, o relatório demonstra o quantitativo de processos pendentes para fins de cumprimento das respectivas Metas, norteando as unidades judiciárias.

Implementou-se o formulário de correição eletrônico, dinamizando a obtenção de dados internos da unidade judiciária, referindo-se à estrutura, equipamentos, servidores e demais demandas da unidade.

Ações

25
Correições Judiciais Realizadas

155
Novos Procedimentos Instaurados

2.877
Documentos Produzidos

2.577
SEI

300
PJeCor

12

Relatório 100 Dias de Gestão

Dados Gerência de Fiscalização Extrajudicial

14
Correições Gerais Ordinárias Realizadas

78
Chamados Atendidos (EXTRAJUD)

22
Relatórios de Prestação de Contas
(parecer técnico)

43
Análises de Prestações de Contas

118
77 SEI | **41** PJeCor
Documentos Produzidos

13

Dados Gerência de Serviços Auxiliares

8
Fiscalizações Realizadas

246*
Atendimentos Realizados
(Whatsapp Business)
*Não contabilizados atendimentos realizados por meio de ligação telefônica

4
Relatórios de Cumulação Produzidos

214
Atendimentos Realizados
(GLPI)
Categorias com mais demandas:
BNMP → 36
Sistemas do CNJ → 30

443
439 SEI | **4** PJeCor
Documentos Produzidos

14

Informações Relevantes

15

Núcleo de Apoio à Jurisdição (Nujur)

A Corregedoria e Presidência do TJAC instituiram o Núcleo de Apoio à Jurisdição - NUJUR (Portaria Conjunta n.º 32/2023), atendendo às diretrizes sobre os Juízos 100% Digitais e os Núcleos de Justiça 4.0 (Resoluções CNJ n.º 345 e 398).

Vinculado à Corregedoria, o órgão auxilia as unidades judiciárias a conferir celeridade ao julgamento das ações no 1º grau, com apoio para o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ.

A coordenação do NUJUR é exercida pelo Juiz-Auxiliar da Corregedoria.

Atribuições

O Corregedor Geral da Justiça estabelece os critérios para a identificação das unidades e processos prioritários para julgamento, considerando a capacidade técnica do órgão e as metas a atingir;

O Coordenador apresenta à Corregedoria o relatório dos processos prioritários para julgamento; Quando necessário, solicita aos diretores de cartório o encaminhamento dos processos prioritários indicados no relatório aprovado pelo corregedor-geral da Justiça; controla o recebimento e a devolução dos processos encaminhados pelas varas; Elabora o relatório mensal estatístico dos juízes designados para o núcleo

Composição

Até
10
Magistradas e magistrados

Até
10
Analistas ou técnicos judiciários e/ou estagiários

Composição Atual

8 Magistrada(o)s
5 servidore(a)s

16

Núcleo de Apoio à Jurisdição (Nujur)

Demanda

Identificação de demandas represadas nas filas de "aguardando designação de audiência" e de audiências pautadas com datas longínquas, para períodos que superavam um ano, na 1ª Vara de Proteção à Mulher e 2ª Vara da Infância e Juventude.

Em vista disso, foi idealizado um mutirão de atividades para a realização das audiências, vazão de processos conclusos e baixa no acervo processual.

Ações

A execução das atividades planejadas para a 1ª Vara de Proteção à Mulher e 2ª Vara da Infância Juventude aconteceu no período de **10 de fevereiro a 08 de março**, apresentando os seguintes resultados:

NUJUR

1.139
Minutas de Decisões, Despachos e Sentenças

Mais de
800
Processos Baixados

870
Processos Conclusos Eliminados
(restou apenas 214 nas filas)

CEPRE

7.711
Expedientes
(antes a média de documentos era de 4.721)

951
Audiências Designadas

A maior quantidade de documentos expedidos na 1º Vara de Proteção à Mulher!

17

Núcleo de Apoio à Jurisdição (Nujur)

Resultados

O mutirão de audiências ocorreu do dia **27 de março a 11 de abril**

NUJUR

1.139	851
Minutas de Decisões, Despachos e Sentenças	Audiências Realizadas

Comparativo

Antes	Mutirão
553 processos aguardando a designação da audiência **1.404** audiências pautadas, sendo a data mais longínqua 13.5.2024 (**1.957** feitos que necessitavam de atos relacionados às audiências)	**851** Audiências Realizadas (redução de 43%)

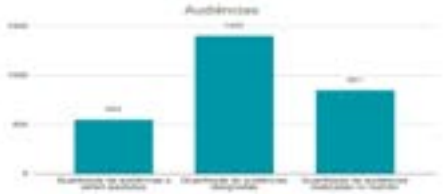


Gráfico 01: Quantidade de Audiências Pautadas - Aguardando Pauta - Quantidade de Audiências Realizada no Mutirão.

18

Núcleo de Apoio à Jurisdição (Nujur)

Comparativo	
Antes	Mutirão
1.084 Processos Conclusos	**214** Processos Conclusos (redução de 80,25%)

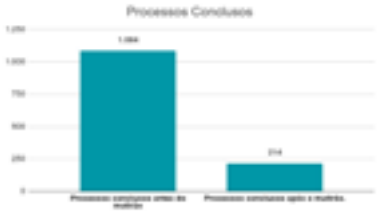


Gráfico 02: Quantidade de processos conclusos antes e depois da atuação do Nujur.

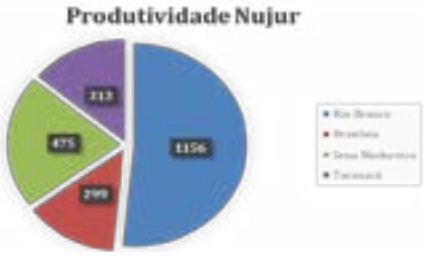
Comparativo	
Antes	Mutirão
7.649 Processos	**6.842** Processos (redução de 10,55%)

Gráfico 03: O acervo antes e depois da realização do mutirão

19

Núcleo de Apoio à Jurisdição (Nujur)

Produtividade	
1.087 Minutas de Decisões, Despachos e Sentenças (Comarcas de Brasiléia, Sena Madureira e Tarauacá)	**2.226** Atos Expedidos (em todo o Estado)



Próximas Ações

Mutirão de audiências nas Comarcas de Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul

Sena Madureira	
29/05/2023 (Início)	As audiências irão contemplar as partes que são ribeirinhas e que possuem processos paralisados há mais de 2 (dois) anos, em virtude da dificuldade de acesso à justiça por conta da localidade.
200 Audiências Pautadas	

20

Gerência de Fiscalização Judicial

25 Correições gerais ordinárias → Realização de atendimento a servidores, magistrados, advogados e jurisdicionados na modalidade presencial e à distância

42 Fiscalizações considerando periodicidade específica → Levantamento de dados das unidades judiciárias

Levantamento dos meios de comunicação das unidades judiciárias.

21

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco

Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Rio Branco

22

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

Vara de Delitos de Delitos de Roubo e Extorsão da Comarca de Rio Branco

1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco

23

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

Vara Única da Comarca de Porto Acre

Vara de Execução Fiscal da Comarca de Rio Branco

24

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco

2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco

25

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

Vara Única da Comarca de Bujari

26

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

3ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

27

Gerência de Fiscalização Judicial

Correições Gerais Ordinárias

5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

28

Programa Saber sem Fronteiras

O Programa Saber sem Fronteiras é uma iniciativa inédita da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) com a parceria da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) que tem o propósito de levar conhecimento e as melhores ações educacionais a todo o Estado, contribuindo diretamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências, habilidades e atitudes de quem atua na Justiça Estadual.

Alcançando de maneira uniforme os profissionais da Justiça Estadual, oferece conhecimentos essenciais e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de competências voltadas ao aperfeiçoamento das suas funções e dos serviços que prestam aos cidadãos e revela o cuidado com as pessoas.

Propósito

Capacitações diversas, desde a área de Saúde, Meio Ambiente, Ética, Acessibilidade, Língua Portuguesa, Adoção, Justiça Restaurativa, Infância e Juventude, Violência Doméstica, e temáticas mais técnicas – Sistemas de Apoio à Jurisdição, Central de Processamento Eletrônico (Cepre), Estatísticas e Tabelas Processuais Unificadas (TPU).

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ESJUD é disponibilizada videoaulas gravadas especificamente para o "Sem Fronteiras". São 20 horas de formação e que serão validadas para a Gratificação por Alcance de Resultados (GAR) e requerimento do adicional de capacitação.

Palestras

Sistemas auxiliares à jurisdição: Corporativo (Sistema de Controle de Acesso), o BNMP e a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br);

Diagnóstico situacional da Comarca

Tabelas Processuais Unificadas

Fisioterapia: orientações sobre postura assertiva no ambiente de trabalho, entre outras.

Comarcas já Alcançadas

Bujari, Porto Acre e Rio Branco

29

Programa Saber sem Fronteiras

Bujari

14 de março

Porto Acre

21 de março

30

Relatório 100 Dias de Gestão

Programa Saber sem Fronteiras

Rio Branco

31

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Correições

Serventia Extrajudicial da Comarca do Bujari
Interino: Evaney de Araújo Silva
Período de Correição: dias 13 e 14.02.2023
Visita técnica: dia 14.02.2023
Processo PJECor nº 0000024-74.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Porto Acre
Interino: Evaney de Araújo Silva
Período de Correição: dias 23 e 24.02.2023
Visita técnica: dia 24.02.2023
Processo PJECor nº 0000025-59.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Tarauacá
Interina: Priscilla de Lima Bezerra
Período de Correição: dias 14, 15 e 18.03.2023
Visita técnica: dia 15.03.2023
Processo PJECor nº 0000029-96.2023.2.00.0801

32

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Correições

Serventia Extrajudicial da Comarca de Feijó
Delegatário: Silvano Decarli
Período de Correição: de 16 a 17.03.2023
Visita técnica: dia 17.03.2023
Processo PJECor nº 0000030-81.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Manoel Urbano
Delegatária: Dirce Yukari S. A. da Silveira
Período de Correição: de 20 a 21 .03.2023
Visita técnica: dia 21.03.2023
Processo PJECor nº 0000031-66.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Sena Madureira
Interina: Dirce Yukari S. A. da Silveira
Período de Correição: de 22 a 23.03.2023
Visita técnica: dia 23.03.2023
Processo PJECor nº 0000032-51.2023.2.00.0801

33

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Correições

Serventia Extrajudicial da Comarca de Senador Guiomard
Delegatário: Ricardo de V. Martins
Período de Correição: de 03 a 04.04.2023
Visita técnica: dia 04.04.2023
Processo PJECor nº 0000049-87.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Capixaba
Interina: Daiany da Silva Cruz
Período de Correição: de 10 a 11.04.2023
Visita técnica: dia 11.04.2023
Processo PJECor nº 0000050-72.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Acrelândia
Interina: Miliane Gomes
Período de Correição: de 24 a 25.04.2023
Visita técnica: dia 25.04.2023
Processo PJECor nº 0000051-57.2023.2.00.0801

34

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Correições

Serventia Extrajudicial da Comarca de Plácido de Castro
Delegatária: Ana Paula G. Bittencourt
Período de Correição: de 26 a 27.04.2023
Visita técnica: dia 27.04.2023
Processo PJECor nº 0000052-42.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Xapuri
Interina: Ormizete Soares de Oliveira
Período de Correição: de 10 a 11.05.2023
Visita técnica: dia 17.05.2023
Processo PJECor nº 0000061-04.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Epitaciolândia
Delegatária: Valéria C. Aquino dos Anjos
Período de Correição: de 12 a 15.05.2023
Visita técnica: dia 17.05.2023
Processo PJECor nº 0000062-86.2023.2.00.0801

35

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Correições

Serventia Extrajudicial da Comarca de Assis Brasil
Interino: Bruno Jerônimo Braga
Período de Correição: de 16 e 17.05.2023
Visita técnica: dia 18.05.2023
Processo PJECor nº 0000063-71.2023.2.00.0801

Serventia Extrajudicial da Comarca de Brasiléia
Delegatário: Rodrigo da Silva Azevedo
Período de Correição: de 18 e 19.05.2023
Visita técnica: dia 19.05.2023
Processo PJECor nº 0000064-56.2023.2.00.0801

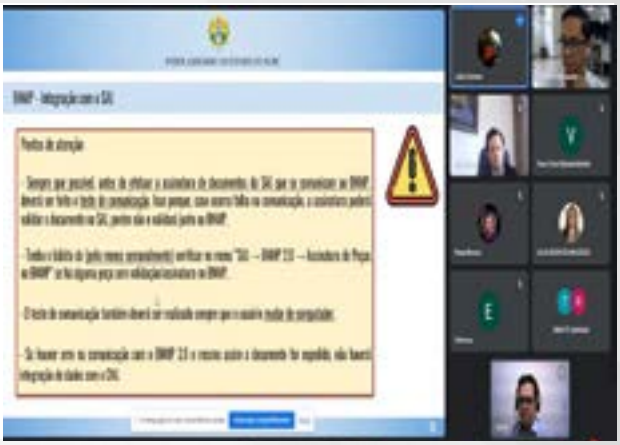
36

Gerência de Serviços Auxiliares

Oficina sobre Banco Nacional de Monitoramento de Prisões para mais de 200 pessoas

Realizada nos dias 17 e 18 de maio, a oficina contou com duas turmas com mais 200 profissionais, entre magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Estadual, a fim de atender a demanda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizar a correta e eficiente operacionalização do BNMP 2.0, como procedimento para que se consiga alcançar êxito no trabalho de correção de eventuais inconsistências no banco de dados, evitando que novas inconsistências surjam na utilização diária da ferramenta.

A proposta visou municiar servidoras(es) e magistradas(os) de informações que facilitem a operacionalização tanto do sistema SAJ, quanto do próprio BNMP, seguindo as orientações do CNJ sobre o tema.



Notícias em destaque

TJAC articula parceria com Ministério Público e Defensoria para ampliar atendimentos à população de municípios isolados.

A proposta é instalar Centros Integrados de Atendimento ao Cidadão (CIAC) nas cidades onde não tem comarca instalada.

https://bit.ly/3MD8ESe

Entrega de mandados judiciais via transporte fluvial teve apoio do Corpo de Bombeiros.

Processos cíveis e criminais de Sena Madureira foram incluídos no mutirão de audiências que foi realizado pelo Nujur.

https://bit.ly/3MS3PG9

Corregedor-geral e Diretor da Esjud recebem visita institucional do Procurador-Geral de Justiça e do Secretário de Segurança Pública.

O diálogo marcou o fortalecimento de parcerias em questões relacionadas a Coger, a Esjud, a Sejusp e MPAC.

https://bit.ly/3IEHSYC

Gerência de Fiscalização Extrajudicial

Arrecadação	
R$ 677.289,29	**R$ 1.353.078,38**
Fundo de Compensação – FECOM - Fevereiro, Março e Abril	**Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEJ - Fevereiro, Março e Abril**
R$ 11.503.813,72	**R$ 1.954.614,58**
Arrecadação das Serventias Extrajudiciais - Fevereiro, Março, Abril	**Repasse dos Interinos sobre a Renda Líquida Excedente 1º trimestre de 2023**

Notícias em destaque

Desembargador Samoel Evangelista, recebe a visita do Presidente e do Corregedor do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (Iapen/AC).

A visita teve a finalidade de aproximar as duas instituições e tratar de assuntos de comum interesse, reforçando a relação institucional.

https://bit.ly/3IC9JIY

Corregedor-geral da Justiça recebe visita de corregedor do MPAC.

Os Corregedores discutiram pontos para aprimorar o atendimento jurisdicional ao cidadão

https://bit.ly/3MU6hfs

Judiciário do Acre participa de 3° Encontro de Corregedores com atuação no Acre.

O Corregedor-Geral, Desembargador Samuel Evangelista, participou do evento realizado na Defensoria Pública, com objetivo de trocar experiências para aperfeiçoar os serviços prestados.

https://bit.ly/45sZ7WG

Notícias em destaque

Coger recebe visita de cortesia da diretoria da OAB/AC. Foram abordadas questões relacionadas a Central de Processamento Eletrônico (CEPRE), atendimentos de balcão virtual, com foco no retorno das atividades presenciais, de acordo com as recomendações do CNJ.

https://bit.ly/425xxMf

Administração do TJAC visita Central de Processamento Eletrônico

https://bit.ly/3oz7P59

Mutirão de audiências da 1ª Vara de Proteção à Mulher tem resultado positivo.

Foram pautadas 900 audiências no intuito de mitigar o quantitativo de processos pendentes no juízo.

https://bit.ly/428iukQ

Acervo Fotográfico

Lançamento do Programa Saber Sem Fronteiras

Acervo Fotográfico

Seminário Nacional para Governança Responsável da Terra

43

Acervo Fotográfico

Corregedor-geral da Justiça recebe medalha de honra

O 91º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge) foi realizado entre os dias 24 a 26 de maio, com o tema 'As Corregedorias Gerais da Justiça e as demandas sociais estratégicas'. Durante o evento ocorreu, também, a 3ª Reunião do Fórum Fundiário Nacional das Corregedorias Gerais da Justiça, com tema 'Desafios da Regularização Fundiária Rural no Brasil e a Pacificação de Conflitos Coletivos'.

Na cerimônia de abertura, houve a entrega da Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen. A honraria foi concedida ao Corregedor, Desembargador Samoel Evangelista e foi entregue pelo Ministro Luís Salomão, valorizando assim a sua atuação frente ao órgão acreano, voltada ao aperfeiçoamento e celeridade da prestação jurisdicional. O desembargador agradeceu pelo reconhecimento.

A homenagem visa agraciar autoridades públicas e privadas que tenham contribuído para o fortalecimento, aperfeiçoamento e celeridade da prestação jurisdicional, bem como a favor da causa da justiça.

44

Notícias em destaque

Esjud e Corregedoria promovem Oficina sobre Banco Nacional de Monitoramento de Prisões para mais de 200 pessoas

Corregedor-geral da Justiça participa de Seminário Nacional para Governança Responsável da Terra

Corregedor-geral da Justiça recebe representantes do IAPEN/AC

Programa Saber sem Fronteiras da Esjud é lançado na Comarca de Rio Branco

Núcleo de Apoio de Jurisdição produz mais mil minutas em um mês

Judiciário do Acre participa de 3° Encontro de Corregedores com atuação no Acre

Corregedoria-Geral da Justiça recebe OAB/AC para dialogar sobre Central de Processamento Eletrônico

Juízas e juízes de Direito substitutos participam de mutirão de audiências

TJAC articula parceria com Ministério Público e Defensoria para ampliar atendimentos à população de municípios isolados

Tribunal de Justiça do Acre cria Núcleo de Apoio à Jurisdição

Corregedor-geral e diretor da Esjud recebem visita institucional do procurador-geral de Justiça e secretário de Segurança Pública

Desembargador Samoel Evangelista concede entrevista ao Boletim TJ Acre

Esjud e Corregedoria-Geral da Justiça realizam reunião de alinhamento

Coger recebe visita de cortesia da diretoria da OAB/AC Coger recebe visita de cortesia da diretoria da OAB/AC

Destinação de bens apreendidos é pauta entre representantes da Coger, Polícia Civil e Detran

Entrega de mandados judiciais via transporte fluvial terá apoio do Corpo de Bombeiros

Tempo do registro da Regularização Fundiária no cartório é abordado em reunião entre Corregedoria-Geral e Iteracre

45

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Corregedoria Geral da Justiça

Consulte a versão online deste relatório

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO 100 DIAS

GESTÃO 2023-2025

www.tjac.jus.br